

Quem disse ?

«A posição de firmeza assumida pela presidência portuguesa e pelos demais países da UE face à Austrália só pode merecer o apoio de quem considera que a democracia é e tem de ser um dos pilares essenciais da construção da Europa do futuro»

Fernando Pereira Marques
Finisterra, Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1070 • 29 JUNHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Sampaio prepara Presidência Aberta na Grande Lisboa

Governo tem reunião de reflexão em Julho

O Governo vai reunir-se a 13 de Julho, durante todo o dia, para fazer um balanço sectorial dos últimos seis meses e reflectir sobre as perspectivas futuras da acção governativa. O local desta reunião especial do Conselho de Ministros não está ainda definido, mas tudo aponta que se realize nos arredores de Lisboa. A reunião culminará com um jantar em que também participam os secretários de Estado.

O figurino do encontro deverá seguir o de anteriores encontros, com o primeiro-ministro, António Guterres, a ouvir o balanço que cada um dos ministros fará da respectiva área de actividade governativa, ficando-lhes reservada uma síntese de todas as intervenções. Estes conselhos de ministros têm tido uma periodicidade semestral, sendo a reunião de 13 de Julho a segunda deste Governo socialista. A primeira decorreu a 30 de Dezembro de 1999, em Arraiolos. Por sua vez, o Presidente da República, Jorge Sampaio, realiza uma Presidência Aberta na próxima semana sobre as condições de vida na Área Metropolitana de Lisboa, programa que inclui uma visita ao Casal Ventoso. Entre 4 e 7 de Julho, o Presidente da República pretende olhar para temas como a toxicodependência, a saúde, as acessibilidades e as minorias. O chefe de Estado vai estar também nos concelhos de Almada, Amadora, Loures, Odivelas, Oeiras e Montijo sempre na perspectiva de «ver coisas boas e más» ligadas «à condição urbana». O autocarro e o comboio serão dois meios de transporte que Jorge Sampaio vai utilizar na sua Presidência Aberta. Hoje, o Presidente da República recebe o primeiro-ministro da Índia, Atal Behari Vajpayee. O encontro, a que se segue o almoço também no Palácio de Belém, decorre à margem da cimeira entre a União Europeia e a Índia, que se realiza no final da presidência portuguesa. Um dos temas a abordar será o da visita de Estado do Presidente da República da Índia.

Recolocar o Parlamento no centro da vida pública

Sede da representação nacional, expressão do pluralismo democrático, instância determinante na organização do poder, o Parlamento constitui o eixo estruturador de todo o regime democrático. Por isso mesmo a sua saúde, boa ou má, repercute-se de imediato em todos os aspectos da vida cívica e política

Francisco Assis, líder do GP/PS



Política

Descriminalização do consumo de drogas O toxicodependente será sempre um doente



O Governo apresentou quinta-feira passada uma proposta de lei para descriminalizar o consumo de drogas e em que se investe fortemente no tratamento, na reabilitação e na reinserção social dos toxicodependentes. A proposta de lei baixou à comissão especializada e servirá de base a um novo diploma, acolhendo sugestões de outras forças políticas.

Política

Secretário de Estado Luís Patrão denuncia em Coimbra Cruzada de propaganda PSD/PP afecta as forças policiais



Os líderes do PSD e do PP estão empenhados numa cruzada de propaganda, procurando aumentar ainda mais o sentimento de insegurança dos portugueses. Tudo só para conseguirem mais uns minutos de atenção nos telejornais. Estas denúncias foram feitas pelo secretário de Estado da Administração Interna, durante um seminário sobre cidadania e segurança.



O drama da toxicoddependência

O Governo do Partido Socialista teve a coragem de assumir publicamente o drama da toxicoddependência que varre muitos dos lares das famílias portuguesas.

Nesta área das toxicoddependências, o Governo tem participado activamente no combate à utilização das drogas, através de diversos programas coordenados entre várias organizações, e desenvolvidos, sobretudo, nos campos da prevenção, do tratamento e da reinserção social. Mas o flagelo da droga e toxicoddependência é um dos mais graves problemas mundiais, que exige uma estreita cooperação da comunidade internacional, numa linha de responsabilidades partilhadas, que abranja as áreas da redução da oferta e consequentemente da procura. Apesar deste problema ter um carácter universal, os seus contornos acabam por ser diferentes reflectindo a realidade de cada país.

Durante muitos anos este problema foi praticamente ignorado no nosso país. Portugal carecia há muito de uma verdadeira política neste domínio que, sendo verdadeiramente nacional, não descurasse as respostas específicas a nível local e tivesse em conta a sua adequação a grupos-alvo bem definidos.

A convicção básica em que esta política assenta é a de que, ao invés do que era considerado anteriormente, a toxicoddependência é uma doença e o toxicoddependente um doente e, como tal, há que combater a doença e não o doente.

Esta premissa criou uma nova visão deste problema permitindo fazer perceber à sociedade que a criminalização do consumo, com a consequente sujeição dos consumidores a processos judiciais e a penas de prisão ou de multa, constitui uma resposta totalmente desadequada e desproporcionada para os simples consumidores, muitos deles toxicoddependentes que precisam, sobretudo de tratamento e de apoio para a sua reinserção.

A proposta de lei recentemente apresentada pelo Governo, inserida na Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, vem exactamente neste sentido, isto é, descriminalizar o consumo de drogas, mas investir fortemente no tratamento, na reabilitação e na reinserção social dos toxicoddependentes.

Esta proposta de lei, que baixou à comissão especializada para colher sugestões dos outros grupos parlamentares e que servirá de base ao novo diploma, tem, desde já o importante apoio da Associação Sindical de Juizes Portugueses entre variadíssimas entidades nacionais que se relacionam directamente com este drama.

Para o secretário de Estado, Vítorino Canas, autor da proposta, não é o facto das sanções para os consumidores deixarem de ser a regra e o fim principal da actuação do Estado, diferentemente do que sucede no actual quadro legal. A proposta do Governo «reconhece, sem reservas, duas coisas, a primeira, não totalmente inédita, que o consumidor de drogas ilícitas ou é um doente ou é alguém em risco de o ser; a segunda, a inédita na nossa ordem jurídica, que o fim principal da lei não é punir, mas prevenir, isto é, tratar a toxicoddependência ou dissuadir de novos consumos», justificou.



CONVENÇÃO NACIONAL AUTÁRQUICA DO PS

A Convenção Nacional Autárquica do PS realizada em Almada sucedeu a edição de 1 de Julho de 1982 do «Acção Socialista».

O «AS» dedicava a este acontecimento seis páginas, com realce para a intervenção de Mário Soares em que, para além de uma análise à problemática do poder local, o líder do PS passava em revista as grandes questões da actualidade política tendo como pano de fundo a agonia em que se encontrava o Governo da AD, incapaz de resolver os grandes problemas nacionais e dilacerado por lutas internas.

Na sua intervenção perante cerca de mil autarcas de todos os pontos do País, o camarada Mário Soares sublinhava que «sem um PS forte e coeso a democracia não sobreviverá».

Noutro registo, acusava a AD de sabotar o poder local e alertava para a grave económica que o País atravessava.

As intervenções dos camaradas deputados António Reis e José Niza no Parlamento eram ainda objecto de grande destaque.

J. C. C. B.

1 de Julho de 1982

Quem disse?

«A Organização das Mulheres Socialistas não nega o papel relevante da mulher no lar, mas entende que a vida da mulher não se esgota na família»

Maria João Allen Vasconcelos



Segurança: medidas contra criminalidade juvenil

O ministro da Administração Interna revelou no dia 22, em Bruxelas, que o Governo vai tomar medidas para contrariar a criminalidade dos jovens do tipo da verificada no Hipermercado Carrefour, em Telheiras, Lisboa.

«Vamos discutir agora essa matéria, não para baixar a idade em que eles (os jovens) são imputáveis, isso não é a solução, mas para encontrar outras formas de agilizar o processo de detenção e julgamento», disse o governante no final de uma reunião em que participou no Parlamento Europeu.

O ministro escusou-se a divulgar as medidas concretas que tem em vista, antes da realização «em breve» de uma reunião do Conselho

Superior de Segurança, presidido pelo primeiro-ministro.

Fernando Gomes respondia a perguntas dos jornalistas sobre a agressão de que foram vítimas dois seguranças do hipermercado Carrefour, por 30 a 40 jovens de origem africana no passado dia 21, cerca das 22 horas.

Segundo o ministro, trata-se de uma criminalidade que tem a ver com «um conjunto de situações que vão desde a falta de habitação até à forma como se vive nas periferias da grande Lisboa».

Sobre as medidas que vão ser tomadas, Fernando Gomes defende que «não podem ser só repressivas», mas também de carácter social.

Timor-Leste: futuro ministério criado em Lisboa

A UNTAET (administração transitória das Nações Unidas) e o CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense) decidiram, na passada sexta-feira, dia 23, criar uma Comissão de Relações Externas e Negócios Estrangeiros, o embrião de um futuro ministério do sector de Timor-Leste.

O anúncio foi feito em Lisboa pelo administrador da UNTAET, depois do encerramento da segunda Conferência de Doadores a Timor-Leste.

«Será essa comissão que ficará responsável pelas relações entre o território e o resto do mundo, desconhecendo-se ainda quem a compõe e quem a vai chefiar», disse.

Interrogado sobre se será Ramos-Horta a chefiar a comissão, o presidente do CNRT,

Xanana Gusmão, ficou visivelmente embaraçado, acabando por responder apenas que Ramos-Horta tem sido o representante do território no exterior e integra a comissão. Porém, acrescentou: «Tudo está em discussão.»

A criação desta comissão faz parte do processo de constituição de comissões sectoriais e de um envolvimento cada vez maior dos timorenses no processo de decisões.

A passagem do Conselho Consultivo para Conselho Legislativo, mais alargado e só com timorenses, é um exemplo dessa «timorização», uma palavra nova que é cada vez mais usada pela UNTAET.

Sérgio Vieira de Mello disse que até Junho de 2001 serão recrutados dez mil funcionários públicos timorenses.

Banco de Portugal: investimento estrangeiro duplicou

O investimento directo estrangeiro em Portugal aumentou 129,8 por cento nos primeiros quatro meses deste ano, relativamente a igual período do ano passado, segundo os dados divulgados sexta-feira, dia 23, pelo Banco de Portugal.

No primeiro quadrimestre do ano passado, o saldo do investimento do exterior em Portugal foi de 62,56 milhões de contos, tendo aumentado 81,19 milhões de contos para os 143,75 milhões de contos registados no final de Abril deste ano.

Estes valores indiciam uma inversão da tendência de quebra do investimento estrangeiro que se verificou no ano passado. Em 1997, o saldo do investimento directo estrangeiro foi de 396,95 milhões de contos, tendo-se fixado nos 509,22 milhões de contos em 1998. Estes valores traduzem uma subida de 27,9 por cento.

No ano passado, a tendência inverteu-se, tendo-se registado uma quebra pronunciada de 79,6 por cento, limitando-se o investimento estrangeiro a 103,84 milhões de contos.

O investimento directo estrangeiro representava 2,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), em 1997, subindo para os 2,5 por cento, em 1998, mas caiu para apenas 0,5 por cento, no ano passado.

Por outro lado, o investimento directo de Portugal no exterior aumentou 132,9 por cento nos primeiros quatro meses deste ano, relativamente a igual período do ano passado, segundo os dados divulgados sexta-feira pelo Banco de Portugal.

As aplicações de Portugal no estrangeiro totalizaram 97,491 milhões de contos entre Janeiro e Abril de 1999, tendo subido 129,59 milhões de contos para os 227,081 milhões de contos apurados no primeiro quadrimestre deste ano.

O investimento directo total de Portugal no exterior foi de 294,9 milhões de contos em 1997, ultrapassando os 513 milhões de contos em 1998, estabilizando no ano passado, com uma pequena quebra, nos 509,22 milhões de contos.

MODERP: inauguração da sede remodelada

O MODERP, a maior organização de idosos do País, estrutura liderada pelo camarada Manuel Jerónimo, inaugura hoje, pelas 15 horas, vários espaços na sua sede que foram alvo de importantes obras de melhoria, nomeadamente nas salas de convívio, onde lancham diariamente

cerca de 100 pessoas.

Estes melhoramentos inserem-se no âmbito da política do MODERP que tudo procura fazer, muitas vezes sem meios financeiros adequados, para oferecer mais dignidade aos filiados e a todos os idosos que frequentam os seus serviços.

RECOLOCAR O PARLAMENTO NO CENTRO DA VIDA PÚBLICA

Sede da representação nacional, expressão do pluralismo democrático, instância determinante na organização do poder, o Parlamento constitui o eixo estruturador de todo o regime democrático. Por isso mesmo a sua saúde, boa ou má, repercute-se de imediato em todos os aspectos da vida cívica e política

Francisco Assis, líder do GP/PS

O constitucionalista Vital Moreira protagonizou o momento mais marcante de uma reunião da direcção do Grupo Parlamentar do PS, no Hotel da Lapa, na segunda-feira, ao classificar a Assembleia da República como um órgão de soberania «irrelevante, inútil e com escasso crédito» junto da população.

Para inverter esta imagem profundamente negativa, o ex-deputado do PCP e do PS defendeu o carácter urgente na introdução de alterações ao sistema eleitoral do Parlamento, bem como regras de transparência dos partidos na escolha dos deputados.

Vital Moreira e a especialista em funcionamento de sistemas parlamentares Cristina Leston-Bandeira foram os dois convidados do Grupo Parlamentar do PS, numa sessão que se destinou a discutir o projecto de lei dos socialistas de reforma do Parlamento que foi debatido na generalidade, terça-feira.

O projecto do PS que contém um conjunto de propostas tendentes a contribuir para reforçar a qualidade da democracia e melhorar a relação dos cidadãos com a instituição parlamentar foi alvo de rasgados elogios por parte de Vital Moreira.

Para o prestigiado constitucionalista, a proposta apresentada pelo PS «é profunda, densa e globalmente coerente e positiva para alterar a actual situação da AR», porque, sublinhou, visa, entre outros aspectos, a limitação dos processos de substituição de deputados, a exigência da presença habitual do primeiro-ministro e do Governo na Assembleia da República, bem como limitar a discricionariedade que os ministros têm de responder às perguntas que querem feitas pelos deputados.

Vital Moreira contrariou ainda uma anterior posição de Cristina Leston-Bandeira, que havia defendido que a reforma só era exequível num quadro de maioria absoluta, ao considerar que «este é o momento ideal para se fazer a reforma do Parlamento, porque o PS vai no seu segundo mandato de Governo sem grandes expectativas de um terceiro e porque temos uma oposição que não tem a expectativa de ser eternamente oposição».

Na sua intervenção, o docente da Faculdade de Direito de Coimbra considerou ser necessário aprofundar as relações do Parlamento com o exterior e defendeu a



presença periódica do Presidente da República no Parlamento.

«O Presidente da República não tem de fazer sangue para justificar a sua eleição directa. Quando tiver coisas importantes a dizer ao país, que o faça perante a Assembleia da República», sustentou.

Vital Moreira lembrou ainda que a disciplina de voto, na maioria das vezes, contraria uma norma aprovada na última revisão constitucional.

«O PS não pode ignorar que essa norma constitucional existe e tem de retirar daí as necessárias consequências», advertiu. O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS António Reis lembrou, por seu turno, que a excessiva liberdade de actuação dos deputados esteve na origem dos problemas da I República em termos de governabilidade.

António Reis defende máxima liberdade e máxima disciplina

«Enquanto candidato, o deputado aceita

logo comprometer-se com o programa eleitoral do seu partido», disse António Reis, realçando que o cerne do problema está na forma como conciliar a liberdade dos deputados com a governabilidade do País. Neste contexto, o camarada António Reis defendeu «máxima liberdade dos deputados no seio do grupo parlamentar e máxima disciplina de voto quando estão em jogo questões de governabilidade do País». Discordando ligeiramente desta posição, Jorge Lação, «pai» da norma constitucional sobre a liberdade de actuação dos deputados, referiu que estes «não podem estar subordinados a directórios partidários, seja no Largo do Rato, seja na São Caetano à Lapa (sede do PSD)». A intervenção final coube ao líder do GP/PS, Francisco Assis, que enalteceu os méritos da proposta socialista que visa relocalar o Parlamento no centro da vida pública, intensificando e promovendo o debate, dignificando o mandato dos deputados e reforçando e ampliando a sua função de entidade promotora do controlo

e fiscalização democráticos.

Lamentando também o excessivo peso dos aparelhos partidários no processo de escolha dos deputados, Francisco Assis salientou que o PS «teve o mérito de trazer para o centro do debate político a ideia de reformar o Parlamento».

Cristina Leston-Bandeira identificou a grande mudança do funcionamento da Assembleia da República nos últimos tempos do Governo do Bloco Central em 1985, altura em que o Parlamento passou a apostar numa maior racionalização dos seus trabalhos, valorizando as comissões e assumindo um papel crescente de órgão fiscalizador da actividade governativa.

Até 1985, disse, o Parlamento estava apenas orientado para a função legislativa em plenário, sendo os trabalhos em sede de comissão pouco frequentes.

Esta tendência para a racionalização da Assembleia da República, na sua opinião, acompanhou a evolução da maioria dos parlamentos europeus. **J. C. CASTELO BRANCO**

O TOXICODEPENDENTE SERÁ SEMPRE UM DOENTE

O Governo apresentou, quinta-feira passada, uma proposta de lei para descriminalizar o consumo de drogas e em que se investe fortemente no tratamento, na reabilitação e na reinserção social dos toxicod dependentes. A proposta de lei baixou à comissão especializada e servirá de base a um novo diploma, acolhendo sugestões de outras forças políticas. Uma coisa ficou quase definida ao longo do debate pelo PS: a recusa das demagógicas propostas de referendo do PSD e do PP, partidos que não apresentaram qualquer alternativa válida aos projectos em discussão. Mas também fora da Assembleia da República a proposta de lei do Governo já mereceu elogios, caso da Associação Sindical de Juizes Portugueses e de dezenas de entidades nacionais que se relacionam directamente com o drama da toxicod dependência.

Como explicou o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, durante a sua intervenção na Assembleia da República, a proposta de lei constitui uma peça da Estratégia Nacional da Luta Contra a Droga e «não suscita apenas um debate sobre o seu mérito próprio. Convoca uma discussão e suscita uma avaliação do que foram três décadas de vigência ininterrupta de uma determinada solução legislativa e respectivos efeitos». Tal como recordou o membro do Governo, nos últimos 30 anos, no plano estritamente jurídico, prevaleceu uma concepção de que quem consome ilicitamente drogas deve ser, primeiro e antes de tudo, punido, podendo, eventualmente e a título complementar, ser-lhe dada uma oportunidade de tratamento. Ainda nestas últimas três décadas, prevaleceu uma prática pouco dissonante com o estabelecido na lei, porque o consumidor de drogas ilícitas era punido e só raramente lhes era dada uma oportunidade de tratamento. Ainda segundo o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, nos últimos anos tem prevalecido «uma prática ainda mais dissonante do espírito da lei: o consumidor de drogas raramente é punido enquanto tal. Mais raramente ainda lhe é oferecida uma oportunidade de tratamento. A lei vigente tornou-se um peso morto, não faz parte da solução e complica o problema da toxicod dependência», denunciou Vitalino Canas, para quem o que de momento está em causa passa por se decidir se mantemos o actual estado de coisas, ou se é melhor mudar. Historiando as consequências da tentativa



do Estado de resolver o problema pela via da lei penal, Vitalino Canas referiu que a criminalização do consumo ilícito de drogas resultou de uma opção legislativa que se prepara para completar 30 anos. «Há pelos menos uma certeza que estes 30 anos geraram: da mesma forma que ao Parlamento inglês é impossível transformar uma mulher num homem, ou um homem numa mulher, é impossível a qualquer Parlamento, a qualquer legislador, transformar um toxicod dependente num criminoso. O toxicod dependente será sempre um doente, por mais que a legislação penal o qualifique de criminoso», sublinhou o membro do Governo. Ora, de acordo com esta perspectiva, «o problema da toxicod dependência deve ser resolvido nos serviços de saúde e não nos estabelecimentos prisionais».

Sanção penal é chocante

Mas Vitalino Canas referiu-se igualmente aos consumidores ocasionais de drogas. «Mesmo para aqueles que consomem drogas sem dependência, não sendo ainda doentes, são simplesmente pessoas em risco de se tornarem dependentes. Também para esses a sanção criminal é inumana, desajustada, excessiva e chocante», apontou. Além de chocante, o mesmo membro do Governo aludiu também ao carácter ineficaz da lei que criminaliza o consumo, a aquisição e a detenção ilícitas de drogas. Na sua

pedir novos instrumentos, novas soluções e uma nova visão», salientou o membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista.

Governo recusa revolução

Durante o debate na Assembleia da República, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros fez questão de frisar que a proposta de lei do Governo não constitui qualquer revolução em termos de perspectiva do fenómeno da toxicod dependência. Em primeiro lugar, como explicou, «porque consumir drogas ilícitas é prejudicial. Legalizar, ou despenalizar o consumo ilícito de drogas, de quaisquer drogas, lesaria irremediavelmente a força deste mensagem». Em segundo lugar, não estamos perante uma revolução «porque constatamos que se mantém a censura social ligadas ao consumo ilícito de drogas e de substâncias psicotrópicas, bem como à sua aquisição e detenção para consumo. Não uma censura social tão intensa que leva à criminalização desses factos, de todo desaconselhada pelo princípio da intervenção mínima do direito penal e pelo princípio humanista. Sim uma censura social fundada no perigo eventual que o consumo pode advir, imediatamente ou a prazo, directa ou indirectamente, para a saúde pública e para a segurança pública, não esquecendo a pressão sobre os recursos públicos que uma situação de doença provocada pelos consumos de drogas implica», declarou. Correspondendo ao apelo do Presidente da República, à orientação da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, à indicação de numerosos técnicos, personalidades e entidades consultadas e ao sentimento maioritário dos portugueses (inequivocamente sufragado nas eleições legislativas de 1999), na proposta do Governo as sanções passam a ter natureza administrativa contra-ordenacional. Ou seja, a sua aplicação deixa de ser competência dos juizes, essencialmente preparados para interpretar e aplicar a lei, para passar a ser tarefa de comissões multidisciplinares compostas por pessoas particularmente vocacionadas a lidar com o problema dos consumos de drogas. Mas, mais importante, segundo Vitalino Canas, na proposta do Governo, as sanções para os consumidores devem deixar de ser a regra e o fim principal da actuação do Estado, diferentemente do que sucede no quadro legal vigente. A proposta do Governo «reconhece, sem reservas, duas coisas, a primeira, não totalmente inédita, que o consumidor de drogas ilícitas ou é um doente ou é alguém em risco de o ser; a segunda, a inédita na nossa ordem jurídica, que o fim principal da lei não é punir, mas prevenir, isto é, tratar a toxicod dependência ou dissuadir de novos consumos», justificou o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

CRUZADA DE PROPAGANDA PSD/PP AFECTA AS FORÇAS POLICIAIS

Os líderes do PSD e do PP estão empenhados numa cruzada de propaganda, procurando aumentar ainda mais o sentimento de insegurança dos portugueses. Tudo só para conseguirem mais uns minutos de atenção nos telejornais. Estas denúncias foram feitas pelo secretário de Estado da Administração Interna, durante um seminário sobre cidadania e segurança. No mesmo dia, o ministro da Administração Interna anunciou um reforço policial de mais 242 elementos de forças de segurança para o concelho de Sintra.



O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, anunciou terça-feira, no Palácio de Queluz, o reforço policial de mais 242 elementos para o concelho de Sintra, bem como a primeira fase da instalação da polícia municipal. Através de um protocolo com a Câmara Municipal de Sintra, Fernando Gomes concretizou a constituição da futura esquadra de Sintra da PSP e dos novos postos da GNR e da PSP em Queluz, Agualva-Cacém, Casal de São Marcos e Massamá.

«Em sete meses encontrámos a solução para abrandar a criminalidade em Sintra, que exigiu um envolvimento do Governo, do município e dos cidadãos», disse o ministro da Administração Interna. Para a execução da divisão da PSP em Sintra foram previstas quatro fases, englobando novas esquadras. A presidente da Câmara

Municipal de Sintra, Edite Estrela, salientou que «é necessário adaptar as forças de segurança à realidade do concelho», mas, para isso, frisou, «a formação física e a prevenção são melhores antídotos do que sistemáticas acções repressivas». A autarca lembrou também o «aumento significativo da delinquência em Agualva-Cacém», que entre 1998 e 1999 registou um aumento global na ordem dos 20 por cento da chamada criminalidade denunciada e, no caso concreto do furto, um crescimento superior a 140 por cento. A insegurança na Linha de Sintra foi também abordada por Edite Estrela, com Fernando Gomes a afirmar que «esta criminalidade é um fenómeno novo, emergente da nova sociedade» e que já levou a direcção nacional a disponibilizar mais agentes nas estações das linhas de Sintra e Cascais. «Não queremos que se instale um sentimento de revolta por parte dos cidadãos», advertiu Fernando Gomes. Também na terça-feira, em Coimbra, o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, criticou directamente os líderes do PSD e do PP pela «cruzada verbal» de propaganda de insegurança, mas reconheceu que a polícia precisa de demonstrar maior eficiência e mais cidadania. «A aversão e crítica injusta às forças policiais em que os líderes da

oposição se têm especializado só contribui para adensar o sentimento de insegurança dos cidadãos e fragilizar a capacidade de intervenção policial», afirmou. Portugal tem «polícia que chegue», cerca de 50 mil elementos das forças e dos serviços de segurança (um polícia por 200 cidadãos) e a criminalidade é metade da média europeia. Mas, acrescentou Luís Patrão, «isso não chega para nos deixar mais tranquilos», o sentimento de insegurança, medido por inquéritos, apresenta valores próximos da média europeia e excede em mais do dobro as razões reais (a criminalidade) para tal insegurança.

O secretário de Estado da Administração Interna considerou essencial «enfrentar com determinação e sentido cívico» a situação actual, «para evitar que ela se torne gravemente real. Por isso mesmo, é tão injusta como incorrecta a cruzada verbal de propaganda da insegurança em que se empenham hoje os líderes do PSD e do PP», sustentou o membro do Governo. Na perspectiva de Luís Patrão, as forças policiais são «alvos fáceis» de crítica, daí a importância dos seus sucessos serem realçados, nem que seja para contrariar o mau efeito de quem não se importa em afectar instituições como a GNR ou a PSP só para conseguir uns minutos de atenção no telejornal.

SINDICATOS PORTUGUESES E EUROPEUS ELOGIAM PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a CGTP-IN e a UGT elogiaram segunda-feira, em Lisboa, a presidência portuguesa da União Europeia. De acordo com os responsáveis máximos de todas estas confederações sindicais, a presidência portuguesa procurou colocar as questões do emprego e da coesão social no centro da agenda europeia. O secretário da CES, Peter Coldrick, considerou a liderança portuguesa muito positiva, enquanto o líder da CGTP-IN, Carvalho da Silva, reconheceu que nos últimos seis meses foram assumidos princípios e orientações importantes para os trabalhadores europeus. Já o secretário-geral da UGT, João Prouença, elogiou o esforço para uma maior coordenação das políticas económicas.

«A liderança da presidência portuguesa foi muito positiva», afirmou o secretário da CES, Peter Coldrick, durante uma conferência de imprensa conjunta com os secretários-gerais da CGTP-IN e da UGT,

respectivamente Carvalho da Silva e João Prouença. Peter Coldrick referiu que a cimeira do Conselho Europeu, na semana passada, em Santa Maria da Feira, chamou a atenção para o papel dos parceiros sociais na construção europeia e destacou que a presidência portuguesa evidenciou esse compromisso nas relações estabelecidas com a CES. «Santa Maria da Feira convida-nos a conversar com os empregadores europeus no sentido de em conjunto respondermos positivamente à necessidade de desempenharmos um papel mais importante», disse, referindo que os sindicatos foram responsáveis pela maior preocupação evidenciada pelos Quinze com as questões sociais.

Para Peter Coldrick, é necessária «uma união económica e não apenas uma união monetária». Este última perspectiva, de acordo com o dirigente sindical europeu, «foi reforçada pela presidência portuguesa», que conseguiu que se registassem «avanços no campo da protecção social e da luta contra a exclusão social». O dirigente da CES

elogiou também as conclusões da presidência portuguesa sobre a necessidade de um maior investimento nos recursos humanos e defendeu a criação de «instituições que permitam uma formação contínua e permanente».

O secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, por sua vez, também considerou positivo o trabalho realizado pela presidência portuguesa da União Europeia e reconheceu que, nos últimos seis meses, foram assumidos princípios e orientações gerais sobre questões importantes para os trabalhadores europeus. «Estas orientações significam que o futuro da União Europeia não pode ser construído na base de um pensamento neoliberal, que muitas vezes tem sido seguido. É uma indicação de mudança de agulha», referiu. Na perspectiva do líder da CGTP-IN, «há a indicação de um conjunto de portas por onde se deve caminhar, mas para que as portas sejam abertas é necessária uma grande participação dos cidadãos e das organizações sociais,

designadamente dos sindicatos», disse, para quem «é preciso passar da Europa do euro à Europa do pleno emprego e da coesão social».

O secretário-geral da UGT, João Prouença, disse subscrever inteiramente a posição da CES e considerou que as conclusões da cimeira de Santa Maria da Feira reflectiram a «necessidade de uma maior coordenação de políticas macroeconómicas e as políticas de emprego». Segundo João Prouença, a UGT «quer e deseja cada vez mais uma Europa com maior dimensão social», referiu, salientando que a presidência portuguesa permitiu «alguns princípios de avanço, ao introduzir a protecção social e a política de combate à pobreza como orientações de dimensão europeia».

João Prouença declarou ainda que a cimeira de Santa Maria da Feira «lançou também as bases para uma política de fiscalidade europeia relativamente à poupança», que tem sido defendida pela CES, e referiu que o movimento sindical deseja que se passe das intenções à prática.

PORTUGAL SOCIALISTA



NAS BANCAS

INTERNACIONAL SOCIALISTA
SOCIALISTAS NO MUNDO

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna anunciou, no dia 27, no Palácio de Queluz, um reforço policial de mais 242 elementos para o concelho de Sintra, bem como a primeira fase da instalação da polícia municipal.



Fernando Gomes concretizou, através de assinatura de um protocolo com a autarquia sintrense, a constituição da futura esquadra de Sintra da PSP e dos novos postos da GNR e PSP em Sintra, Queluz, Agualva-Cacém, Casal de São Marcos e Massamá.

«Em sete meses encontrámos a solução para abrandar a criminalidade em Sintra, que exigiu um envolvimento do Governo, do município e dos cidadãos», disse o ministro.

Para a execução da divisão da PSP em Sintra foram previstas quatro fases, englobando novas esquadras.

A presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, salientou que «é necessário adaptar as forças de segurança à realidade do concelho», mas para isso – frisou – «a formação física e a prevenção são melhores antídotos o que sistemáticas acções repressivas».

A autarca lembrou também o «aumento significativo da delinquência em Agualva-Cacém», que entre 1998 e 1999 registou um aumento global na ordem dos 20 por cento na chamada criminalidade denunciada e, no caso concreto do roubo, um crescimento superior a 140 por cento. A insegurança na Linha de Sintra foi também abordada por Edite Estrela, com Fernando Gomes a responder que «esta criminalidade é um fenómeno novo, emergente da nova sociedade» e que já levou a direcção nacional a disponibilizar mais agentes nas estações das linhas de Sintra e Cascais.

EDUCAÇÃO

O ministro Guilherme d'Oliveira Martins Portugal garantiu, no dia 25, em Évora, que vão ser investidos, durante sete anos, 30 milhões de contos no âmbito do III

Programa de Desenvolvimento da Educação (PRODEP).

Falando aos jornalistas após a sessão de abertura da Conferência Europeia sobre Educação e Formação de Adultos, Oliveira Martins assegurou que se pretende «acabar com o divórcio entre os sistemas educativo e de formação profissional».



«A ignorância não pode continuar a ser fatalidade», disse o governante segundo o qual em Portugal é preciso contar com duas realidades, tendo em conta um universo dos indivíduos com mais de 45 anos, onde se sente um maior atraso, e outro, abaixo dos 45, com mais recursos em termos de habilitações.

As soluções tradicionais, considerou o ministro da Educação, «não foram eficazes, mesmo em termos europeus, por isso se sentiu necessidade de desenvolver novas estratégias, matéria em que Portugal, acrescentou, foi pioneiro».

«A criação da ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos) abre caminho ao apoio a iniciativas locais destinadas à formação de adultos e permitirá colocar em prática um sistema de certificação das formações adquiridas», adiantou Oliveira Martins.

OBRAS PÚBLICAS

Luís Parreirão defendeu sábado, em Coimbra, que a Feira Comercial e Industrial de Coimbra (CIC) deve ser encarada com ousadia, como uma forma de a região se afirmar relativamente às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

«A CIC deve ser encarada com a ousadia que Coimbra, ao olhar para o futuro, deve ter para ser capaz de criar um novo modelo de desenvolvimento, que a afirme em relação às áreas metropolitanas», preconizou o secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas.

O governante inaugurou, no dia 24, ao fim da tarde, a XXIII edição da Feira, uma organização da Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC), que congrega este ano 180 expositores de vários ramos.

PELO PAÍS

Governança Aberta

Luís Parreirão entende que a CIC deve constituir, «sobretudo, uma manifestação da vitalidade empresarial da cidade de Coimbra, do concelho, do distrito e da região».



A CIC 2000 prolonga-se até 2 de Julho no parque de feiras e exposições implantado no Alto da Relvinha, espaço em relação ao qual a actual direcção manifesta descontentamento para continuar a acolher o evento. Segundo o presidente da ACIC, a montagem e desmontagem dos *stands* implica gastos anuais de cerca de 20 mil contos e, por outro lado, os empresários consideram tratar-se de um espaço pouco digno para acolher o certame. Uma sessão sobre investimento nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e um seminário acerca da dinamização dos sistemas de informação nas empresas, são algumas das iniciativas previstas durante a CIC 2000.

PORTOS

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária considerou, no dia 23, no Porto, que a construção dos molhes no Douro poderá transformar o rio numa «auto-estrada».

Narciso Miranda falava durante a assinatura de um protocolo entre o Instituto de Navegabilidade do Douro (IND) e a Universidade do Porto (UP) para a prestação de serviços de assessoria e trabalhos técnicos relativamente à empreitada de concepção/projecto e construção das obras necessárias às acessibilidades e das condições da Barra do Douro.

Segundo o governante, este projecto para o Douro, apesar de difícil e susceptível, permitirá encontrar respostas mais significativas para o transporte de mercadorias e para o desenvolvimento turístico da região.

«É decisivo transformar um rio que trouxe durante muitas conjunturas problemas complexos nas zonas ribeirinhas do Porto e Gaia em instrumento de progresso e

desenvolvimento», frisou.

Na opinião do secretário de Estado, «todo este processo foi excessivamente lento por falta de vontade política, que, durante anos, não disponibilizou meios financeiros necessários para a sua elaboração, mas agora vamos avaliá-lo como uma obra consensual».



A construção dos molhes no Douro, que representa um investimento previsível de cerca de quatro milhões de contos, já se encontra em fase de concurso, estando na corrida sete consórcios.

Esta empreitada tem como objectivo estabilizar as margens do estuário do rio Douro, melhorar as condições de navegabilidade e de segurança em qualquer estado da maré, preservar os valores ambientais e salvaguardar valores paisagísticos e estéticos.

SAÚDE

A partir de sábado, as estradas portuguesas serão alvo de um Plano de Emergência Médica de Apoio à Sinistra-



lidade que visa garantir a assistência médica de emergência a quem passa o período de férias em Portugal.

O plano – designado Verão Emergência 2000 – foi apresentado, na terça-feira, dia 27, no Hospital Garcia de Orta, em Almada, na presença da ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, e de elementos do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e

demais entidades envolvidas.

O INEM preparou medidas em articulação com as Administrações Regionais de Saúde e hospitais com vista à assistência da saúde de emergência.

Para a concretização do plano foram reforçados meios humanos e técnicos ao longo dos itinerários mais concorridos durante o período de férias.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 21 de Junho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que consagra a Lei da Paridade, que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33,3 por cento de cada um dos sexos;
- Um decreto-lei que fixa o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioeléctrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioeléctricas, à protecção da exposição a radiações electromagnéticas e à partilha de infra-estruturas de radiocomunicações;
- Um decreto-lei que define as regras gerais de aplicação do Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (POADR), bem como da componente agrícola dos programas operacionais de âmbito regional do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA);
- Um decreto-lei que estabelece o estatuto jurídico aplicável ao Hospital do Barlavento Algarvio e faz cessar o seu regime de instalação;
- Uma resolução que aprova a atribuição pela República Portuguesa de uma contribuição ao território do Kosovo até ao montante máximo de 500 mil euros, destinada ao financiamento do projecto de reabilitação do posto fronteiriço de Blace e zonas adjacentes;
- Um decreto-lei que prorroga, durante o ano de 2000, os prazos fixados no artigo 31.º do decreto-lei n.º 61/99, de 2 de Março, para os empreiteiros ou industriais que sejam sujeitos passivos de IRC ou de IRS, com contabilidade organizada;
- Um diploma que repristina o decreto-lei n.º 521/85, de 31 de Dezembro e o artigo 6.º do decreto-lei n.º 185/86, de 14 de Julho;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária que estabelece um regime de segurança harmonizado para os navios de pesca de comprimento igual ou superior a 24 metros;
- Um decreto-lei que cria um lugar de oficial e coloca na dependência do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, os meios a empregar no intercâmbio, treino e formação, no âmbito da Belgian-Portuguese Deployable Air Task Force (BPDATF).



DESTAQUE – CM

Igualdade de oportunidades

APROVADA LEI DA PARIDADE

O Executivo socialista deu luz verde, no dia 21, à proposta de lei que aprova a Lei da Paridade. A decisão, tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, implica que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais serão compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33,3 por cento de cada um dos sexos.

O advento do 25 de Abril e a correspondente aprovação da Constituição de 1976 criaram as condições políticas e jurídicas para que todas as Portuguesas obtivessem, há 24 anos, o pleno direito de votar e de serem eleitas para todos os cargos políticos.

As reformas que, sucessivamente, ocorreram em Portugal, após o 25 de Abril, permitiram que as desigualdades jurídicas e as injustiças sociais, de que as mulheres eram vítimas, fossem sendo atenuadas.

Mas, nenhuma daquelas reformas influenciou, decisivamente, a representação das mulheres no seio do mundo político.

Com efeito, segundo as estatísticas mais recentes, muito embora as mulheres representem 52 por cento da população nacional, 53 por cento dos eleitores, 44,5 por cento da mão-de-obra do mercado formal de emprego, 54,8 por cento dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, 48,1 por cento dos técnicos e profissionais de níveis intermédios, 50,8 por cento dos quadros técnicos superiores da Administração Pública, 59,4 por cento dos trabalhadores da Administração Pública Central, 75,6 por cento dos agentes de ensino, 57,1 por cento dos estudantes universitários e 63,8 por cento dos diplomados, elas não constituem mais do que 17,4 por cento dos deputados à Assembleia da República, 20 por cento dos deputados ao Parlamento Europeu, menos de 10 por



cento dos membros do Governo, 3,9 por cento dos presidentes de Câmara e 6 por cento dos autarcas.

A evolução dos resultados eleitorais, desde as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, até aos nossos dias, mostra que há uma progressão extremamente lenta, com momentos prolongados de estagnação e até de retrocesso.

Assim, depois dos primeiros 8 por cento de mulheres eleitas, em 1975, as eleições para Parlamento nacional contaram com 4,9 por cento de eleitas em 1976, oscilando depois nos vários actos eleitorais, até 1991, entre valores percentuais que não ultrapassam os 8,7 por cento, verificando-se apenas em 1995 uma subida para os 12,5 por cento e em 1999 uma subida para os 17,4 por cento, e mantendo-se uma gritante sub-

representação de mulheres no Assembleia da República.

Também no que se refere ao poder local, a evolução é preocupante. A representação das mulheres tem-se mantido muito baixa ao longo das duas décadas de construção da democracia em Portugal, ao invés do que se verifica noutros Estados-membro da União Europeia.

As mulheres representavam 1,3 por cento dos presidentes de Câmara eleitos em 1979. Essa percentagem manteve-se inferior a 2 por cento ao longo dos vários actos eleitorais – 1982, 1985 e 1993 –, com excepção de 1989, ano em que atingiu os 2,3 por cento e apenas nas últimas eleições autárquicas 1997, e mau grado a duplicação do número de mulheres presidentes de Câmara de 5, em 1993, para 12, em 1997, as mulheres

representam 3,9 por cento do total de presidentes de Câmara.

A representação feminina permanece também muito baixa em todos os órgãos autárquicos e nos vários cargos dentro destes órgãos. As mais altas percentagens atingidas verificaram-se ao nível dos membros das Assembleias Municipais, com 10,8 por cento em 1989 e 11,3 por cento de mulheres em 1993. Esta situação significa que o princípio da igualdade formal, consagrado na Constituição, não tem tido plena correspondência na realidade, particularmente no que se refere à vida pública e política.

O artigo 109º da Constituição, depois da revisão de 1997, dispõe que «a participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício de direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos públicos».

Este preceito deve ser conjugado com a nova alínea h) do artigo 9º, que declara tarefa fundamental do Estado promover a igualdade entre homens e mulheres.

O único sentido útil da norma constitucional consiste na imposição ao legislador ordinário da efectivação, por processos adequados, dessa igualdade de participação, devendo o legislador agir em tempo razoável. A isso se destina a proposta de lei aprovada pelo Governo. Baseia-se num novo conceito e tem um objectivo que ultrapassa a questão dos direitos das mulheres: aperfeiçoar o nosso sistema democrático pela construção de uma democracia paritária. O diploma fixa em 33,3 por cento a representação mínima para ambos os sexos nas listas eleitorais, com reflexos equivalentes nos eleitos e nas eleitas, o que corresponde a uma meta quantitativa no caminho para a paridade.

DESTAQUE – CM

Comunicação Social

SIMPLIFICAR LICENCIAMENTOS RADIOELÉCTRICOS

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quarta-feira, dia 21, um decreto-lei que estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico.

O diploma define, igualmente, os princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à protecção da exposição a radiações electromagnéticas e à partilha de infra-



estruturas de radiocomunicações.

Esta decisão pretende adaptar e actualizar o regime jurídico vigente às modificações regulamentares entretanto ocorridas, tanto na decorrência de normativos comunitários, como daqueles emanados da CEPT (Conferência Europeia de Correios e Telecomunicações).

Como opção de fundo do diploma, visando uma maior simplificação do processo de licenciamento, salienta-se a adopção do princípio geral do licen-

ciamento da utilização de redes de radiocomunicações e de estações, em detrimento do actual regime de licenciamento que incide sobre os equipamentos, abarcando, nomeadamente, a própria detenção.

Paralelamente, sujeita-se a um regime de registo a utilização do espectro electromagnético utilizando radiação óptica em meios não guiados, quando destinada à exploração de serviços de telecomunicações de uso público.

DEPUTADO MARQUES JÚNIOR

Segurança interna

GOVERNO REFORÇOU MEIOS OPERACIONAIS E INFRA-ESTRUTURAS



«A questão da segurança e o combate à criminalidade é de tal importância que exige de todos nós uma atitude responsável e não demagógica, de modo a permitir aos

portugueses manter e reforçarem a confiança nas instituições democráticas, como referencial estável de liberdade, de justiça e da defesa da dignidade humana, requisitos fundamentais ao bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos», afirmou o deputado do PS Marques Júnior, numa intervenção na AR aquando da discussão do relatório anual de segurança interna relativo ao ano de 1999.

O deputado do PS salientou que «os portugueses sabem bem o que este Governo tem feito para garantir as melhores condições de segurança e esse esforço é globalmente reconhecido, mesmo quando num ou outro caso pontual se discorda desta ou daquela solução», assim como, acrescentou, «sabem distinguir a demagogia e a crítica fácil das soluções que o Governo tem procurado para os vários problemas com que os cidadãos se debatem».

O GP/PS, disse, «reconhece o esforço que o Governo tem feito no reforço das medidas de controlo e fiscalização quer o interno quer externo, por forma a assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos e sublinha que se tem registado uma redução muito

significativa do número de queixas contra os agentes de segurança comparativamente ao que acontecia anteriormente».

Queixas contra agentes têm vindo a diminuir

A título meramente indicativo, e segundo notícias veiculadas pela Comunicação Social, Marques Júnior referiu que «as queixas contra agentes da autoridade, segundo o Ministério Público, têm vindo a diminuir». Assim, adiantou, «de 1991 a 1999 foram investigados 3534 polícias, que se traduziram em 2578 processos enviados para os tribunais com o seguinte resultado: 144 condenações e 112 absolvições».

O deputado do PS salientou ainda que «de 1991 a 1995 o total de queixas foi de 2284, enquanto de 1995 a 1999 foi de 1250».

Segundo referiu Marques Júnior, «há um antes e um depois do PS». Assim, frisou, «foi com o Governo do PS que foram accionados os mecanismos de fiscalização dos serviços e forças de segurança para a salvaguarda da confiança dos cidadãos e a defesa e prestígio das instituições com resultados largamente positivos».

«Foi também com o Governo do PS que se deu um impulso importantíssimo quer ao nível da formação dos agentes quer ao nível do reforço dos meios humanos operacionais e infra-estruturas», acrescentou.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA NATALINA MOURA

Droga

UM FLAGELO QUE EXIGE RESPOSTAS MULTIFACETADAS E HUMANISTAS



A deputada do PS Natalina Moura fez uma intervenção no dia 21 na Assembleia da República centrada no flagelo da droga.

Natalina Moura, que falava durante a discussão dos projectos-lei do Governo, PSD, PCP e BE sobre esta problemática, salientou estar subjacente a todos os projectos «o princípio humanista que determina que se considere o toxicodependente como um doente, tendo, como tal, de ser encarado e tratado, não sendo mais, a partir de hoje, visto como um criminoso».

Trata-se, segundo adiantou a deputada socialista, de «uma viragem histórica, que será observada no futuro como um feito social e político e que vem de encontro à ideia de que o acto possa ser condenado mas não a pessoa».

Abordando o tema da droga nas suas múltiplas vertentes, a deputada do PS fez uma breve síntese da evolução deste flagelo e das medidas tomadas desde o I Governo Constitucional chefiado por Mário Soares

(1976-1977), salientando a propósito que é sob a égide directa do então ministro Almeida Santos que são criadas as primeiras estruturas de combate à droga.

Do programa Vida-Emprego até à rede nacional de Centros de Atendimento de Toxicodependentes (CAT) existentes em todos os distritos, passando por uma rede de Unidades de Desabilitação, Centros de Dia e Comunidades Terapêuticas, Natalina Moura lembrou que Portugal foi «pioneiro» neste tipo de projectos, pela mão e acção programática dos governos socialistas.

Uma nova abordagem

No entanto, frisou, apesar dos esforços desenvolvidos na última década, com elevados investimentos, «o fenómeno não parece estancar».

Por isso, adiantou, há que ajuizar melhor a situação e promover outras e mais medidas que, de forma sistemática, permitam minimizar os estragos provocados por este fenómeno», que, frisou, se espalha a todos os cantos do País, seja no tecido urbano ou rural.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO MANUEL ALEGRE

Co-incineração

IMPORTAÇÃO DE RESÍDUOS PARA TESTES EM SOUSELAS?



O deputado socialista Manuel Alegre apresentou, no dia 21, na Assembleia da República, um requerimento dirigido ao ministro do Ambiente, José Sócrates, onde

solicitava informações sobre os resultados de todas as medições de emissões de dioxinas já realizadas em Souselas.

Reconhecendo desconhecer se as entidades locais foram ou não informadas sobre os referidos resultados, Alegre pediu a confirmação de José Sócrates nesta matéria e ainda no que diz respeito à necessidade de proceder à importação de resíduos para testes em Souselas, uma notícia que, segundo afirma o parlamentar do PS, foi publicada pelo «Diário Económico» de 20 de Junho, sem ter sido desmentida oficialmente até ao momento

da redacção e apresentação do requerimento.

Caso Sócrates confirmasse a informação avançada pelo periódico o deputado requereu saber a origem, caracterização físico-química e quantidades dos resíduos a importar.

«Por que se fez crer que era urgente a deliberação nesta matéria, sem estar construída a unidade de pré-tratamento?», questionou, inquirindo ainda sobre a razão pela qual não foi dado a conhecer ao Parlamento a necessidade, a confirmar-se, de importar resíduos industriais perigosos para fazer testes em Souselas.

«Como já se sabia, a co-incineração não pode avançar sem a unidade de pré-tratamento, mas nunca foi dito que era necessário importar resíduos para realizar os testes necessários», reiterou Manuel Alegre.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO FILIPE VITAL

Drogas/descriminalização

SEM ADIAR MAIS AS SOLUÇÕES...



O deputado socialista Filipe Vital defendeu convictamente a descriminalização do consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas por entender que não é atirando os toxicodependentes para a prisão que se protege a saúde pública e os consumidores menores.

«Esses objetivos serão alcançados com mais eficácia mantendo a criminalização do tráfico, dificultando o acesso à droga e tornando o consumo um ilícito de mera ordenação social», reiterou.

Pondo a tónica na recuperação e na ressocialização do toxicodependente, o parlamentar do PS afirmou ser «fundamental evitar o estigma social provocado pelo contacto com o sistema judicial».

Ao referir-se especificamente à proposta do Governo, Filipe Vital destacou o facto de esta não se limitar à simples adaptação do texto legal à realidade em que vivemos, mas indo mais longe, propondo e privilegiando o tratamento, salvaguardando a saúde de milhares de jovens.

«Continuamos a acreditar no combate ao tráfico e à venda de estupefacientes como uma peça fundamental de uma estratégia nacional de luta contra a droga, porém, acreditamos também que é essencial distinguir, de forma clara, vítimas e criminosos», disse, acrescentando que o modelo proposto pelo Executivo não é baseado apenas numa convicção teórica, sendo «um modelo testado noutros países, inclusive na nossa vizinha Espanha, cujo Governo é da mesma família política do PSD e onde são aplicadas sanções meramente administrativas aos que tenham na sua posse droga para consumo próprio».

Destaque-se que a proposta governamental prevê abranger por igual as drogas «duras» e as «leves».

«Qualquer outro entendimento é, para nós, aberrante pois, por um lado, as convenções internacionais vigentes e subscritas pelo Estado português não permitem essa distinção e, por outro, são os consumidores das drogas ditas «duras» quem mais precisa do apoio que, comprovadamente, o sistema judicial é incapaz de dar», declarou.

Filipe Vital ressaltou o facto de as drogas não serem todas iguais e, em função disso, explicou as sanções administrativas diferenciadas na proposta do Executivo, por forma a dar mais credibilidade a este tipo de acções preventivas.

«Para além de ser importante distinguir o tipo de substâncias consumidas, é imperioso tratar de forma diferenciada o consumidor ocasional do toxicodependente e ter em atenção se o consumo é feito em público ou em privado», referiu, realçando de seguida que, na iniciativa governamental, o toxicodependente, ao aceitar voluntariamente o tratamento, suspende a aplicação da sanção.

Segundo o deputado do GP/PS, a toxicodependência é uma problemática de dimensões tais que num debate sério sobre a questão não cabem a demagogia, a hipocrisia ou os protagonismos estereótipos, que só adiam cada vez mais as soluções. «O problema da droga é demasiado importante para que esta assembleia se recuse a discuti-lo, sacudindo a água do capote e endereçando responsabilidades para outrém», afirmou Filipe Vital, manifestando desacordo total perante os defensores de um referendo nesta matéria.

MARY RODRIGUES

A DEFESA E A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE



Poder-se-ia argumentar – como alguns fizeram – que a União Europeia constitui uma região segura e estável, protegida pelo «chapéu de chuva» nuclear da NATO e que, conseqüentemente, os consideráveis recursos tradicionalmente gastos com a defesa deveriam ser atribuídos a sectores mais rentáveis e produtivos. Mas a verdade é que a Europa do pós-guerra-fria teve de enfrentar graves crises – sobretudo na região dos Balcãs – que evidenciaram a inegável premência de um esforço concertado visando dar à UE os meios necessários para fazer face a situações que requirem intervenções rápidas e decididas. Muito tem sido dito sobre o aproveitamento dos «benefícios da paz». A realidade, contudo, é que a última década demonstra que a iniciativa europeia de desenvolver uma política externa comum (ou, pelo menos, coerente) deve ser sustentada por uma vontade política credível e por capacidades militares efectivas.

Mas não seria correcto perder de vista as nossas prioridades ou negligenciar as estruturas que garantiram a nossa segurança colectiva ao longo de mais de meio século. A NATO continua, acertadamente, no centro da política de defesa dos seus membros. A Aliança levou, através do princípio de «um por todos e todos por um», a uma integração das Forças Armadas dos seus membros sob uma constante supervisão política. A UE, pelo contrário, não atingiu ainda a fase – nem possivelmente o fará nos próximos anos –

em que todos estejam dispostos a assumir os compromissos decorrentes do Tratado de Washington. Daí a necessidade de uma coordenação entre a UE e a NATO; daí, também, a necessidade de gerarmos meios militares especializados e integrados que possam ser colocados à disposição da União para a condução de operações de paz.

As origens dos recentes acontecimentos neste domínio encontram-se bem documentadas. Percorremos já um trajecto considerável, e os resultados são encorajadores. Apesar de tais progressos, subsiste o sentimento de termos apenas dado início a um grande salto em direcção ao futuro. É significativo – por quaisquer padrões – que a UE e a NATO tenham pela primeira vez estabelecido um diálogo directo e institucionalizado. Os europeus podem agora utilizar os meios da NATO e agir por si sós, em consulta com os nossos aliados. Em paralelo, a UE procurou otimizar a experiência e o acervo da União da Europa Ocidental.

Ao terminarem as presidências portuguesas da UE e da UEO, estou convicto de que definimos o rumo apropriado. Demonstrámos ser possível conjugar o conceito estratégico da NATO com a política comum de segurança e defesa que a União, com manifesto empenho, tem procurado edificar através da identificação de grandes objectivos e de calendários precisos. Uma força militar de reacção rápida com 60 000 efectivos, liderada pela UE e capaz de levar a cabo todo o espectro das «missões de

Petersberg» será, igualmente, a expressão de uma nova parceria com a NATO.

Mantivemos presentes, ao longo destes meses, as preocupações da secretária de Estado, Madeleine Albright, a propósito dos «3 D's» – divisão, duplicação e discriminação. E, graças a um contacto constante com Washington e Ottawa, podemos hoje afirmar que tais receios foram afastados. Por outro lado – igualmente inovador – os nossos aliados que não integram a UE e outros Estados europeus – entre os quais a Rússia – demonstraram um grande interesse em participar em operações executadas pela UE. As ideias avançadas pelo Presidente Clinton em Moscovo, quanto a não excluir a Rússia da Europa e da NATO fazem-nos recordar as sempre fascinantes propostas sobre uma Europa do Atlântico aos Urais; e vão mesmo mais longe, abrindo caminho para uma imaginativa NATO (Organização do Tratado do Atlântico e do Ártico)...

E agora? Há muito trabalho de natureza estrutural e de geração de meios e capacidades por fazer. As Forças Armadas dos membros da União devem orientar-se para as inovações técnicas e para uma progressiva profissionalização. Devemos devotar mais atenção ao reforço das nossas ligações às Nações Unidas e à OSCE. Importa criar, equipar e treinar unidades policiais (inspiradas na nossa GNR ou na Gendarmerie) que possam colmatar a

distância que vai das forças puramente militares à polícia civil (que tão evidente se mostrou na Bósnia, no Kosovo e, noutro contexto, em Timor-Leste). Temos de continuar a trabalhar com os parceiros interessados, aproveitando as suas possibilidades, e pondo em prática as lições colhidas pela UEO e pela Parceria para a Paz.

Duas ideias adicionais. Em primeiro lugar, a «divisão» para que os Estados Unidos alertavam é a de um divórcio entre a Europa e a América do Norte. Uma vez que todos estamos de acordo quanto aos riscos que tal orientação implicaria, havia toda a vantagem em evitar iniciativas unilaterais que possam ser interpretadas como ameaças para a solidez do elo transatlântico. Em segundo, importa não esquecer os nossos objectivos declarados quanto aos alargamentos da UE e da NATO. A Aliança avançou mais depressa, admitindo a Hungria, a Polónia e a República Checa. A UE, por seu turno, encontra-se presentemente em negociações com doze candidatos à adesão – naquilo que foi uma das prioridades da presidência portuguesa. O desenlace destes dois processos deve ser coerente e ajustado às nossas políticas de segurança e defesa. É que «União» e «Aliança» possuem, no fim de contas, o mesmo significado.

In «Diário de Notícias»

LUXEMBURGO

Transportes

QUINZE APROVAM CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE NAVEGAÇÃO POR SATÉLITE

Os ministros dos Transportes dos Quinze aprovaram no dia 26 no Luxemburgo o lançamento do programa Galleu, que dotará a UE de um sistema de navegação por satélite que permite a localização de objectos com uma precisão inferior a cinco metros.

Reunidos no último Conselho de Transportes presidido pelo ministro português Jorge Coelho, os governantes fecharam um acordo político devendo a decisão formal ser adoptada numa das próximas reuniões. O programa Galleu insere-se no âmbito das preocupações com a segurança nos transportes aéreos, marítimos e terrestres, uma das grandes prioridades da presidência portuguesa da UE para o sector, permitindo, por exemplo, a localização de veículos furtados.

No domínio rodoviário, a presidência portuguesa fez aprovar medidas legislativas como o alargamento da instalação obrigatória de limitadores de velocidades aos veículos de 3,5 a 12 toneladas de peso bruto ou o uso obrigatório de capacetes para motociclos e ciclomotores.

Quanto à segurança aérea, Lisboa impulsionou o processo de divulgação e consolidação dos direitos dos passageiros, além de o Conselho ter ainda analisado as propostas da Comissão Europeia para reduzir os atrasos que se verificam nos aeroportos europeus.

O conselho aprovou ainda a criação de uma agência comunitária para a segurança aérea na Europa (EASA), encarregue de preparar o trabalho em todas as áreas relativas à segurança na aviação, nomeadamente na certificação de peças e aeronaves.

Na segurança marítima, a terceira vertente das prioridades da presidência nesta área, os titulares dos Transportes definiram algumas medidas, como é o caso da directiva relativa às entidades responsáveis pela vistoria e inspecção dos navios.

Finalmente, o Conselho adoptou uma posição comum sobre a interoperabilidade do caminho de ferro, o que permitirá a um comboio de um Estado membro circular sem obstáculos técnicos nas vias férreas de outro qualquer país da UE, evitando atrasos e horas de espera nas fronteiras.

LISBOA

Presidência portuguesa

CIMEIRAS DA UE COM CANADÁ E ÍNDIA

Reforço das relações comerciais, cooperação na área do turismo e contra o tráfico de droga, desarmamento e segurança na Ásia e na Europa foram temas em destaque na primeira cimeira UE-Índia, que decorreu ontem, quarta-feira, em Lisboa.

Dois dias antes, realizou-se, também em Lisboa, a Cimeira UE/Canadá em que as relações políticas e comerciais estiveram igualmente em destaque.

A Índia é, depois da Rússia, Estados Unidos, Japão, China e Canadá, o sexto país com quem a União Europeia passa a ter reuniões institucionalizadas a nível de chefes de Estado e de Governo, indicou Fernando Neves, porta-voz da presidência portuguesa da UE.

A UE é o principal parceiro comercial da Índia e um dos principais investidores neste país, mas estas relações a nível económico não tinham tido até agora correspondência no plano político, explicou.

O primeiro-ministro indiano, Atal Bihari

Vajpayee, deslocou-se a Portugal, pela primeira vez, para participar na cimeira.

Por parte da Índia participaram ainda na reunião quatro ministros – os titulares das pastas dos Negócios Estrangeiros, Finanças, Comércio e Indústria e Informação e Tecnologia.

Pela parte da União Europeia estiveram presentes designadamente António Guterres (actual presidente do Conselho Europeu), Romano Prodi (presidente da Comissão Europeia), Javier Solana (alto representante da política externa da UE), Jaime Gama (presidente do Conselho de Ministros dos Quinze), Pina Moura (ministro da Economia e Finanças) e Mariano Gago (ministro da Ciência e Tecnologia).

A cimeira UE-Índia começou com uma reunião dos dois primeiros-ministros (indiano e português), a que se seguiu uma reunião plenária das duas delegações e uma conferência de Imprensa conjunta, no fim da qual Guterres ofereceu um almoço em honra dos membros do Governo da Índia.

MAIS DE MIL MILHÕES VIVEM EM ABSOLUTA POBREZA

É o capitalismo global no seu esplendor. É a mundialização à americana a gerar mais pobreza e desigualdade entre cidadãos e países. Em seis mil milhões de pessoas que constituem a população mundial, 1,2 mil milhões vivem em pobreza absoluta, 150 milhões estão desempregados, 800 milhões não têm acesso a serviços de saúde e 850 milhões são analfabetos.

Os números, negros, constam de um comunicado da Organização das Nações Unidas divulgado no dia 23 em Genebra. Aqueles dados, há ainda a acrescentar 33 milhões de pessoas afectadas pelo HIV-Sida e 850 milhões analfabetas. Esta é, segundo a ONU, a constatação social que é preciso estabelecer agora, cinco anos depois dos representantes de 186 governantes, dos quais 117 chefes de Estado, terem adoptado em Copenhaga, na primeira cimeira mundial sobre desenvolvimento social, dez compromissos, que se articularam em torno de três eixos prioritários: eliminação da pobreza, criação de empregos e integração social.

Será esta constatação que servirá de pano de fundo à próxima reunião extraordinária. Terão de definir, entre outras, as novas iniciativas para assegurar a exequibilidade, no actual contexto mundial, da aplicação dos 10 compromissos do Programa de Acção de Copenhaga.

As características do contexto mundial conduziram a Assembleia Geral a escolher para tema da sessão extraordinária «Cimeira mundial para o Desenvolvimento Social: Desenvolvimento Social para Todos na Hora da Mundialização».

Se a mundialização oferece possibilidades, sem precedentes, de promover o desenvolvimento económico e social, levanta também graves dificuldades, reconhecem os governantes na Declaração Política que adoptarão na sessão extraordinária.

Em nome destas dificuldades, a Declaração cita a generalização das crises financeiras, a pobreza e as desigualdades no seio de cada sociedade e entre as nações. A velocidade da propagação das crises financeiras, os três mil milhões de pessoas que ganham menos de dois dólares, cerca de 400 escudos, por dia e a apropriação por um quinto da população mundial de 82 por cento dos mercados de exportação constituem outras das preocupações que a Declaração política

aborda.

Os aspectos anti-sociais da mundialização, ilustrados pelo facto de as três pessoas mais ricas do mundo terem fortuna superior ao Produto Nacional Bruto combinado de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de habitantes, mostram bem a urgência de iniciativas sociais actualizadas.

A complexidade das respostas a adoptar exige uma diversificação de fontes de solução e uma multiplicação de parcerias já que se trata de conciliar políticas sociais, económicas e de emprego.

A Assembleia Geral deseja o diálogo com as Organizações Não Governamentais (ONG), os representantes dos meios empresariais, parlamentares, religiosos assim como com outros importantes actores da sociedade civil.

Por seu turno, a Suíça decidiu convocar paralelamente à sessão extraordinária da ONU o Fórum Genebra 2000, que deverá permitir suscitar a reflexão no seio da sociedade civil.

Novas ideias e iniciativas estão previstas para a sessão extraordinária da ONU, de forma a dar seguimento a cada um dos 10 compromissos assumidos em Copenhaga.

O primeiro tem a ver com a criação de um ambiente económico, político, social, cultural e legal que permita alcançar o

desenvolvimento social.

Os números, segundo os quais os países membros da OCDE, que representam 19 por cento da população mundial, detêm 71 por cento do comércio mundial de bens e de serviços, conduziram os governos a propor medidas que visam facilitar o acesso dos países em desenvolvimento e daqueles com uma economia de transição ao mercado internacional.

As propostas contemplam a redução dos obstáculos tarifários, não tarifários e outras medidas proteccionistas.

Os governos fixaram, como um dos objectivos, a redução da extrema pobreza para metade até 2015.

A deterioração no domínio do emprego já levou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a afirmar que «a segurança no emprego é hoje um privilégio reservado a uma minoria, em todas as sociedades». No que toca ao acesso universal e equitativo a um ensino de qualidade e aos cuidados de saúde primária, o debate assenta na necessidade de incluir uma referência ao Fórum Mundial sobre Educação, que decorreu em Dacar em Abril, e que fixou como objectivo fazer com que, em 2015, todas as crianças tenham acesso a uma educação primária gratuita e obrigatória. Entre 100 e 150 milhões de crianças estão hoje afastadas do sistema escolar.

PORTUGAL QUER MUNDO À EUROPEIA

Portugal quer que a Organização das Nações Unidas (ONU) crie um «painel de bordo» para avaliar os resultados das políticas sociais a nível mundial, à semelhança do que está a fazer a União Europeia (UE). A proposta foi feita pelo ministro português do Trabalho e da Solidariedade na passada segunda-feira dia 26, em Genebra, na sessão extraordinária da ONU sobre desenvolvimento social, onde Ferro Rodrigues falou em nome dos Quinze, dos países da Europa Central e de Leste associados à UE e os países associados Chipre, Malta e Turquia, assim como os países membros da EFTA e da EEA, o Liechtenstein e a Noruega.

A ideia é extrapolar para um nível global um sistema que está a ser desenvolvido para a UE, em resultado da Cimeira Extraordinária de Lisboa. Com indicadores precisos e comuns aos diversos Estados, é possível medir o impacto das políticas sociais e apurar o que já foi feito e o que falta fazer em termos de desenvolvimento social.

Ainda na esteira dos consensos gerados no conselho extraordinário de chefes de Estado e de governo que decorreu em

Março na capital portuguesa, pretende-se o desenvolvimento de sistemas de benchmarking, que permitam, ao nível mundial, a identificação e duplicação das melhores práticas.

Às instituições de Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial – e a instituições como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) caberá a criação destes indicadores relevantes, assim como a elaboração das linhas mestras de boas práticas na política social.

O embaixador de Portugal na ONU explicou que a União Europeia defende a adopção de critérios quantificados que permitam promover o desenvolvimento social.

Gonçalo Santa Clara Gomes, responsável pela preparação da sessão extraordinária da ONU, pela parte portuguesa, referiu, também, que, quanto a Portugal, se «fez bastante nos últimos cinco anos em prol do desenvolvimento social, já que este é uma das políticas do Governo».

O problema é que o desenvolvimento identificado por Santa Clara Gomes em Portugal não tem paralelo em muitos países e, cinco anos passados sobre a Cimeira

Mundial de Copenhaga sobre o Desenvolvimento Social, da avaliação já feita, os próprios países concluem que a situação é largamente decepcionante.

A relatividade do olhar

Para muitos milhões de pessoas, o amanhã não trará nada de novo: uma vida na pobreza, a procura desesperada de trabalho e de meios de subsistência, a degradação e a perda de dignidade nas sociedades, onde os direitos dos homens são negligenciados e onde inúmeras pessoas são marginalizadas ou ignoradas.

Desde então, o bem-estar económico e o desenvolvimento social progrediram em muitos dos países mais ricos do mundo, enquanto alguns países menos desenvolvidos, nomeadamente em África, viram-se enredados em enfermidades, guerras e miséria.

Qual deverá ser o papel do sector privado no desenvolvimento social? Quais são os efectivos de uma política social? Como podem activar-se mais recursos financeiros e outros para apoiar o desenvolvimento social? Qual o contributo da sociedade

civil? Foram estas algumas das questões que se colocaram.

Durante uma semana, extraordinária da ONU efectua uma avaliação geral da implementação dos compromissos assumidos na Declaração de Copenhaga e, mais importante, adoptar acções e iniciativas futuras que permitam avançar no cumprimento dos acordos.

Novas ideias que podem passar pela adopção de medidas de desenvolvimento centradas no respeito pelos direitos humanos e de políticas económicas sustentáveis vocacionadas para o desenvolvimento social e erradicação da pobreza, assim como pela realização do pleno emprego e a inclusão e participação de todos na sociedade.

O secretário geral da ONU, Kofi Annan, lançou um novo relatório que estabelece que a pobreza no mundo poderá ser reduzida de forma significativa até 2015, se os países em desenvolvimento e os países industrializados se esforçarem por atacar as causas mais profundas da pobreza.

Sob o título «Um mundo melhor para todos», o relatório significa um esforço comum das Nações Unidas, Banco Mundial, FMI, e OCDE.

CULTURA REPUBLICANA: ÉTICA, RIGOR E RESPONSABILIDADE

O Presidente da República, Jorge Sampaio, disse no dia 24, em Guimarães, que Portugal tem de apostar na educação e na formação, na ligação entre as universidades e as empresas e no combate à exclusão social.

O Presidente enquadrou estes três desígnios nacionais, numa cultura republicana de ética, rigor e de responsabilidade, que considerou necessária para combater o que disse ser uma crescente tendência para o facilismo. Jorge Sampaio presidiu no Paço dos Duques de Bragança à sessão solene das comemorações da Batalha de São Mamede, considerada pelos habitantes da cidade, como o «Dia Um de Portugal».

A Batalha de São Mamede opôs em 24 de Junho de 1128 os partidários de D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, aos dos «Travas», liderados por D. Teresa, mãe de D.



Afonso, e que representavam no então Condado Portucalense, os interesses dos reis de Leão e Castela.

O confronto permitiu a D. Afonso conquistar a autonomia para o Condado, a qual viria a dar origem ao reino de Portugal, em 1140, após mais algumas batalhas e torneios.

Durante a cerimónia, a Câmara Municipal de Guimarães procedeu à entrega de condecorações honoríficas à Academia de Música Valentim Moreira de Sá, dirigida pelo maestro Francisco Ribeiro, ao jovem deficiente Ricardo Luís Salgado Vieira e aos funcionários municipais Teresa Salgado e Domingos Carvalho.

O acto serviu, ainda, para apresentação pública da geminação entre Guimarães e a cidade alemã de Kaiserslautern, a qual se junta assim às espanholas de Igualada e Tácoronte, cujos presidentes participaram na cerimónia.

Na opinião de Jorge Sampaio, a educação deu um grande salto nos últimos anos, mas precisa agora doutro grande salto no sentido da qualidade com um esforço que deve começar no pré-primário e acabar no ensino superior.

«Não devemos ter medo de introduzir provas no sistema de ensino mesmo que isso possa trazer problemas e até, porventura, algumas injustiças», afirmou.

Considerou que uma das novas funções da

escola terá de ser a da ligação ao meio empresarial, de modo a que o ensino e investigação tenham um destinatário natural e ajudem as empresas a modernizar os seus processos produtivos.

Sampaio defendeu também a necessidade de se manter uma política de combate à exclusão social e aludiu ao problema das toxicodependências, para vincar que se trata de pessoas doentes que é preciso reinserir socialmente.

«A batalha da qualidade passa, também, pelos esforços das autarquias, como acontece em Guimarães, com o notável trabalho que vem sendo feito na recuperação e revitalização do centro histórico» afirmou, assinalando que para além de se inspirarem no passado os municípios têm de ser adaptar-se nas modernas dinâmicas culturais.

Referindo-se às cidades geminadas com Guimarães, Jorge Sampaio exortou os municípios portugueses a construírem redes de cooperação intermunicipal, sobretudo as que envolvam municípios vizinhos ou com interesses semelhantes, lembrando que «a competição não é entre nós, é sim a de conseguirmos competir num mundo cada vez mais globalizado».

INVESTIMENTO DE 40 MILHÕES DE CONTOS PARA ESCOLAS

O Ministério da Educação tem em curso investimentos de 40 milhões de contos (200 milhões de euros) destinados à abertura de novas escolas, substituição, conservação e ampliação de instalações para o início do próximo ano lectivo.

O anúncio foi feito, no dia 26, pelo ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, durante a inauguração das novas instalações da Escola dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico D. Luís Mendonça Furtado, no Barreiro.

Ao participar na sessão solene que se seguiu à visita das instalações, que anteriormente funcionava num edifício com capacidade para 377 alunos, o governante referiu que se trata de mais uma escola completa, «com condições extraordinariamente positivas».

A Escola D. Luís Mendonça Furtado tem agora capacidade para 600 alunos e insere-se no conceito escola completa, lançado na anterior legislatura para dotar os estabelecimentos do ensino básico e secundário de todas as infra-estruturas necessárias à prática educativa, como pavilhões polidesportivos, bibliotecas, auditórios, refeitórios e laboratórios, entre outros equipamentos.

Segundo o ministro, mais de metade das escolas do País (720) está já dotada destas condições.

O Ministério da Educação investiu cerca de 700 mil contos (3,5 milhões de euros) na escola inaugurada segunda-feira, cujo número de professores será alargado de 60 para 80. O terreno para a nova infra-

estrutura foi cedido pela Câmara Municipal do Barreiro.

A escola faz parte de um conjunto de 74 «grandes intervenções» que o ministério preparou para entrar em funcionamento no ano lectivo 2000/2001.

Deste plano destacam-se 17 novas escolas, 14 ampliações, cinco substituições de edifícios e 38 novos pavilhões desportivos.

Antes de terminar a intervenção, Oliveira Martins fez questão de prestar homenagem ao director regional de Educação de Lisboa, António Sardinha, prestes a cessar funções e que participava no último acto público enquanto responsável por aquela estrutura do Ministério da Educação.

De acordo com António Sardinha, foram investidos cerca de dois milhões de contos (dez milhões de euros) no parque escolar do Barreiro nos últimos anos em infra-estruturas, material informático e outro equipamento.

António Sardinha recordou que há mais de 40 anos também foi aluno nas antigas instalações da Escola D. Luís Mendonça Furtado e que o edifício inaugurado responde às reivindicações que os encarregados de educação fizeram ao longo de 15/20 anos.

O novo estabelecimento de ensino possui uma sala para a associação de pais, papelaria, elevadores para facilitar a circulação de deficientes entre os dois pisos e instalações para a sede do centro de formação de professores de todas as escolas do concelho.

PERMUTA DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

Os ministérios da Economia português e polaco assinam amanhã, em Lisboa, um acordo que prevê a permuta de quadros qualificados, anunciou no dia 26, em Varsóvia, o secretário de Estado da Indústria e Energia.

Vitor Santos reuniu-se em Varsóvia com o ministro da Economia e vice-primeiro-ministro polaco, Janusz Steinhoff, para debater formas de cooperação entre os dois países e outras questões como a futura adesão da Polónia à União Europeia (UE).

O acordo que será assinado amanhã é um anexo ao protocolo de cooperação entre os dois ministérios, elaborado em 1997, prevê, além da permuta de quadros qualificados, a realização de seminários, acções de apoio às pequenas e médias empresas (PME) e a troca genérica de experiências.

A assinatura do documento acontecerá paralelamente a uma reunião dos Conselheiros Comerciais dos Quinze, que decorre também amanhã, na capital portuguesa.

Em declarações aos jornalistas, à margem da abertura do entreposto comercial da Associação Portuguesa dos Industriais de

Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS) em Varsóvia, Vitor Santos sublinhou que durante o encontro com o ministro polaco foi feito um apelo à participação portuguesa nos processos de privatização de empresas polacas.

Segundo Vitor Santos, Portugal pretende transmitir ao Governo polaco a sua experiência na adesão à Comunidade Europeia e ao euro, sobretudo ao nível das políticas de apoio às PME e fundos estruturais.

O secretário de Estado destacou os sectores da agricultura, indústria pesada e transportes ferroviários como os que irão sentir mais dificuldades com a futura entrada da Polónia na União Europeia, referindo, no entanto, que o Executivo polaco está consciente da «necessidade de manter políticas económicas disciplinadas» e que «os benefícios decorrentes irão ajudar a suportar os custos sociais».

Durante a reunião, os dois governantes abordaram ainda as relações económicas bilaterais actuais, tendo o ministro polaco afirmado estar «satisfeito» com a presença de empresas portuguesas no mercado doméstico.



Albufeira

Câmara adjudica obras

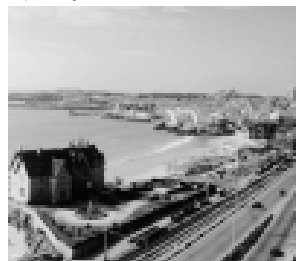
A Câmara Municipal de Albufeira deliberou abrir concurso para a adjudicação das seguintes empreitadas: empreitada de construção do reservatório do Pinhal e condutas de interligação aos reservatórios de Brejos e Roja-Pé e empreitada de repavimentação da estrada de S. Rafael-Galé e acessos.



Cascais

Proposta de revisão do PDM aprovada por unanimidade

Cascais não pode estar à mercê dos apetites insaciáveis dos patos-bravos. A qualidade de vida dos seus moradores tem de ser preservada, numa lógica de desenvolvimento sustentado do município, que impeça o reino do betão e da especulação imobiliária.



A proposta de revisão do PDM de Cascais, levada no dia 14 na reunião extraordinária da Câmara por José Luís Judas, foi aprovada por unanimidade.

Resultado de uma reflexão já iniciada há algum tempo pelo Executivo camarário, o processo de revisão do PDM que agora começa pretende incorporar uma série de medidas legislativas entretanto surgidas e, simultaneamente, envolver uma vez mais todos os municípios de Cascais na definição do futuro do concelho.

Festival Pop Rock Anos 60

A Câmara Municipal de Cascais e a Associação Anos 60 organizaram mais uma edição do «Festival Pop Rock Anos 60»,

uma iniciativa que contou com a actuação de várias bandas e que teve por objectivo reviver os temas musicais que animaram a década de todos os sonhos, alegrias e utopias.

O Festival, com entrada livre, decorreu no hipódromo Manuel Possolo nos dias 23 e 24 de Junho.

Com apresentação de Cândido Mota e António Portela, o Festival contou com as actuações das bandas Charruas, Ekos e Dianates Negros, entre outras.

Lisboa

Trabalhadores da zona sinistra do Chiado receberam indemnização

Setecentos e cinquenta trabalhadores da zona do Chiado, aquando do incêndio ocorrido em 25 de Agosto de 1998, receberam uma compensação social no valor de um milhão e cento e dez mil contos, numa cerimónia realizada no passado dia 24, no Fórum Lisboa, e que contou com a presença de João Soares, presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML).



A atribuição desta compensação social aos trabalhadores da zona sinistra do Chiado é realizada pela CML através do recurso a um subsídio a fundo pedido concedido pelo FEARC.

Penha de França

Órgão de informação

Saiu mais um número do boletim informativo da Junta de Freguesia da Penha de França dirigido pelo camarada João Jofre da Fonseca Costa.

Nesta edição referente a Junho, que foi distribuída por todos os moradores da Freguesia, há uma completa informação sobre as principais actividades desenvolvidas pela Junta em diversas áreas, para além de um devido destaque à participação da marcha da Penha de França nas marchas populares 2000.

Uma excursão de idosos à Galiza organizada pelo pelouro da Acção Social, da responsabilidade do camarada Manuel Oliveira Duarte; a ampliação do Ginásio da Junta; a distribuição de 800 brinquedos pelas crianças que frequentam os jardins-de-infância e escolas básicas da Freguesia;

a visita de um grupo de idosos à exposição «Liberdade e Cidadania»; são algumas das iniciativas levadas a cabo pela Junta e que são objecto de notícia nesta edição do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França.



Porto

Câmara distingue personalidades e instituições da cidade

O presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, apontou no dia 23 a Fundação de Serralves, que condecorou com a Medalha de Honra da Cidade, como «um caso raro de co-responsabilização da iniciativa privada com o Estado».



O autarca falava na cerimónia de entrega de condecorações a um conjunto de personalidades e instituições ligadas ao Porto, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho e integrada na comemoração do Dia da Cidade.

Nuno Cardoso sublinhou o papel da Fundação não só na recuperação para a cidade do «valioso património arquitectónico e cultural que é a Quinta de Serralves, mas também pela construção de raiz do Museu de Arte Contemporânea».

«Apenas com 11 anos de existência, a Fundação de Serralves assumiu-se já como um marco incontornável da cultura nacional, motivo mais do que suficiente para que a Câmara a homenageie a sua acção com a Medalha de Honra da Cidade», disse Nuno Cardoso.

A autarquia atribuiu também a Medalha de Mérito (Grau Ouro) ao presidente da Fundação de Serralves, João Marques Pinto.

O Colégio dos Órfãos, na pessoa do seu director, padre Joaquim Mendes, e a

Associação Portuguesa de Editores e Livrários (APEL), pela organização anual da Feira do Livro do Porto, tiveram também a Medalha de Mérito (Grau Ouro).

A Caritas Diocesana do Porto, na pessoa do seu director, padre Alexandrino Brochado, foi agraciada com a Medalha de Mérito (Grau Prata).

A funcionária do Arquivo Municipal Maria Teresa Brandão Fernandes foi agraciada com a Medalha de Dedicção (Grau Ouro) pelos seus 52 anos de serviço nos quadros da autarquia, enquanto o antigo comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto, coronel Pinto Henriques, recebeu a Medalha de Valor e Altruísmo.

O Lawn-Ténis Clube de Carreiros recebeu a Medalha de Mérito de Valor Desportivo (Grau Ouro).

A Câmara homenageou ainda dez associações de moradores da cidade com a Medalha de Mérito (Grau Prata), como «sinal de reconhecimento pelos seus 25 anos de história ao serviço da população».

Para uma segunda cerimónia, a realizar em data a anunciar, ficou a entrega de três Medalhas de Honra da Cidade, ao antigo presidente da Câmara Fernando Gomes, actual ministro da Administração Interna, ao antigo reitor da Universidade do Porto, Alberto Amaral, e à Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Na mesma cerimónia será também entregue a José Morgado, catedrático da Faculdade de Ciências do Porto, a Medalha de Mérito (Grau Ouro).

Valença

Mais habitação social

O município de Valença já entregou as chaves às 16 famílias que vão ocupar o Bairro Social de São Pedro da Torre.

No total foram atribuídas cinco casas tipo T2, nove tipo T3 e duas tipo T4.



A construção do Bairro Social de São Pedro implicou um investimento de cerca de 130 mil contos, sendo metade desta verba suportada pelo INH e a outra metade pela Câmara.

A escolha dos inquilinos destas habitações obedeceu a um profundo trabalho de base de levantamento das famílias carenciadas, não só da Freguesia de São Pedro, mas também das circunvizinhas, pelo Gabinete de Acção social da autarquia.

PORTO

ASSIS ANUNCIA CANDIDATURA

O camarada Francisco Assis anunciou no dia 23 a sua candidatura a líder da Federação do PS/Porto.

O líder parlamentar do PS, Francisco Assis, candidata-se à Federação Distrital do Porto esperando «o apoio de Fernando Gomes, personagem central do partido do distrito nos últimos anos».

«Quero dizer aqui muito claramente que me honra muito particularmente o apoio de Fernando Gomes e estou à vontade para dizer isto porque nunca fui seguidista e inclusivamente o cheguei a criticar quando achei que o devia fazer», afirmou, ao anunciar a candidatura.

«Sempre falei politicamente com Fernando Gomes de igual para igual e por isso não tenho agora que mudar, como alguns que de um seguidismo balfo



passaram agora um criticismo irresponsável», insistiu. Francisco Assis justificou a sua candidatura «pela crise que o PS atravessa no distrito e os pelos desafios que se apresentam na frente autárquica».

Contra as distorções aparelhísticas

«Faço-o na convicção plena de que é preciso romper, inovar e mudar porque no PS/Porto chegámos ao fim de um ciclo político que não deve ser seguido artificialmente», contra «o calculismo, o conformismo e o cinzentismo» e «as distorções aparelhísticas».

Para o camarada Assis, o PS/Porto tem vindo desde há seis anos a perder a hegemonia de que desfrutava no distrito

de Porto, sobretudo na área autárquica, contrariamente ao que tem acontecido nas outras eleições e no resto do País.

Não ao discurso medíocre

«Não me resigno à ideia de um PS/Porto em declínio, desprovido de personalidade própria, condenado a perder influência eleitoral, exaurido em lutas estéreis e prisioneiro de um discurso medíocre e estereotipado», afirmou.

Assis entende que o aparecimento da sua candidatura contra Narciso Miranda não enfraquece o partido. «Os partidos não se desgastam quando debatem, pelo contrário, desgastam-se é quando não debatem internamente», disse.

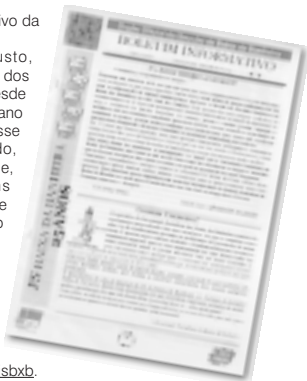
«A única obrigação é que o debate se faça com elevação», defendeu.

BAIXA DA BANHEIRA

Boletim informativo

Saiu mais um número do boletim informativo da Secção da Baixa da Banheira do PS.

Num editorial, o camarada Daniel Justo, coordenador da Secção, faz um balanço dos 25 anos do PS na Baixa da Banheira, desde Abril de 75, data da criação da Secção, ano em que, conforme lembrou, «quem não fosse simpatizante do PCP era marginalizado, maltratado e, por vezes, agredido», mas que, apesar disso, «meia dúzia de jovens militantes do PS, com a colaboração de alguns banheirenses, abriram a Secção do PS na Rua Luís de Camões».



JS tem página na Internet

A JS/Baixa da Banheira continua na linha da frente. Esta estrutura juvenil tem disponível desde o dia 17 de Abril a sua página na Internet em www.planeta.clix.pt/jsbxb.

POMBAL

PS organiza conferência

A Comissão Política do PS de Pombal promove hoje, dia 29, pelas 21 horas, uma conferência subordinada ao tema «A economia, Pombal e o futuro».

Trata-se de uma iniciativa dinamizada pelo camarada António José Rodrigues e que decorrerá no auditório municipal.

VILA DO CONDE

Almeida apoia Narciso



O camarada Mário de Almeida, presidente da Câmara de Vila do Conde, um dos autarcas-modelo do PS e presidente da ANMP afirmou que a afirmação do PS no Porto, «centrada nos valores da solidariedade e justiça social», passa por Narciso Miranda, «a grande referência do PS no distrito».

«Aliando uma indiscutível capacidade de intervenção política a uma qualificada obra autárquica em Matosinhos, Narciso Miranda é, e sempre foi, justamente considerado o militante número um do PS/Porto», acrescentou o presidente da Comissão Política Distrital do PS/Porto.

O camarada Mário de Almeida, num comentário ao aparecimento da candidatura de Francisco Assis à liderança da Federação Distrital do Porto do PS – actualmente presidida por Narciso Miranda – considerou que «embora a disputa interna seja salutar», na medida em que propicia condições para um acrescido debate político, «não vê razões que possam minimamente justificar qualquer contestação à acção» sempre desenvolvida pelo camarada Narciso Miranda.

«Ele está permanentemente disponível para servir adequadamente os interesses do partido e do distrito do Porto», acrescentou Mário de Almeida.

Sustentou, a propósito, que «não é divergindo que se constrói um PS forte».

Coesão à volta de Narciso Miranda

Defendeu a coesão «à volta de um figura exemplar como é Narciso Miranda» para obter novas vitórias nos próximos confrontos eleitorais.

As eleições para a Federação Distrital do Porto ainda não estão marcadas, mas deverão realizar-se no próximo Outono.

LAJES

Comunicado da Secção

A Secção do PS/Açores da Freguesia de Lajes, num comunicado, tece rasgados elogios aos órgãos autárquicos da Freguesia que, passados estes dois anos e meio após a sua eleição, «têm cumprido de forma digna e interessada esta parte do mandato».

«Quer a Junta quer a Assembleia de Freguesia têm desempenhado as suas funções de uma forma que enobrece os elementos que as compõem e a própria freguesia a que pertencem», lê-se no comunicado.

De facto, «muito se têm esforçado para que todos os problemas existentes na Freguesia sejam resolvidos, lutando sem tréguas para que a população das Lajes tenha as melhores condições de vida possíveis», refere ainda o comunicado do PS/Lajes.

LEIRIA

Medeiros recandidata-se

O camarada José Miguel Medeiros anunciou a sua recandidatura a líder da Federação do PS/Leiria.

«A experiência que adquiri ao longo de vários anos na actividade pública no distrito e no País conferiram-me a responsabilidade e a capacidade suficiente para fazer face aos novos desafios que Leiria apresenta», refere o camarada José Miguel Medeiros numa nota à Imprensa, na qual sublinha que a sua candidatura «não pretende afirmar-se contra ninguém».



INTERNACIONALIZAÇÃO É DECISIVA PARA A AFIRMAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Ao participar nesta iniciativa da ANEOP quero, antes de mais, saudar o trabalho que vêm desenvolvendo quer de dinamização e informação do sector quer o de apontar para novos caminhos e novos desafios. É o que hoje aqui acontece quando falamos da internacionalização das empresas de construção. E falar de internacionalização é falar, hoje, de globalização.

Assume, por isso, especial importância que reflectamos sobre estas novas realidades. E este debate é particularmente necessário e importante porque os mercados são hoje mercados à escala global, ainda que organizados sob um modelo de economias regionais de que a União Europeia é o exemplo mais próximo, mas a que se juntam outros com crescente importância, como é o caso do Mercosul.

Mas permitam-me uma pista de reflexão, será esta a característica mais importante ou mais mercante das modernas economias? Ou, dizendo de outra forma, das novas sociedades?

Tenho para mim que não - o que realmente é importante, único e inovador no mundo dos nossos dias é a consideração pela liberdade e pela dignidade do Homem. E permitam-me o aparte, esta questão é especialmente relevante no dia de hoje, em que está a ser anunciado ao mundo o mapa do gnomon humano.

Pela primeira vez em milhares de anos de história temos, a nível mundial, uma organização económica assente nos princípios da liberdade e da dignidade do ser humano. E, muito embora nos possa parecer que esta é uma realidade inquestionável, basta olhar um pouco para trás para percebermos que esta é uma conquista da humanidade deste final de século e de milénio. E esta é, também, uma reflexão de economistas e de empresários e não apenas de filósofos, de sociólogos ou de políticos.

Reflectir, hoje, sobre a criação de riqueza, sobre a produção de bens e serviços ou apenas sobre expansão de um negócio ou de um sector de actividade é, sobretudo, reflectir sobre o papel e a importância do Homem. Não aceitamos mais, nem na Europa civilizada, nem em nenhuma parte do mundo, que se explore trabalho escravo, que se escravizem crianças pelo trabalho, que se discriminem mulheres, raças ou minorias. A globalização é não apenas uma globalização económica em que capitais e tecnologias se movimentam livremente, mas sobretudo uma globalização humanista, libertadora, em que a criação de riqueza permite, cada vez mais, satisfazer mais necessidades e levar mais bem estar a mais pessoas, em sítios cada vez mais remotos.

Devo dizer-vos que o que verdadeiramente me fascina é esta possibilidade fazer sempre mais e melhor pelos homens.

O que quero deixar-vos aqui é uma mensagem simples - a globalização da economia é apenas uma das dimensões, ainda que, porventura, a mais importante, da emergente reconfiguração do mundo e da globalização das preocupações e dos problemas da humanidade.

A globalização através dos «media», que se iniciou na década de 30 e conheceu uma grande expansão com o final da Segunda Grande Guerra, deu início a este processo. Hoje, conceitos como «autoestrada da informação» e «sociedade global de informação» fazem parte do nosso dia a dia e constituem uma das mais profundas e marcantes mudanças da nossa época. Mas é, ainda, difícil dizer se estas mudanças serão determinantes para favorecer as interações pacíficas entre povos e culturas ou se, pelo contrário, poderão originar novas formas de dominação cultural, económica ou comportamental.

Uma coisa podemos já constatar - o surgimento de uma sociedade civil global. Temos hoje a consciência que partilhamos todos um mesmo e único mundo e que o que acontece no mais remoto canto do planeta pode bem reflectir-se na nossa rua. É assim relativamente aos problemas ambientais mas também o é no que diz respeito aos fluxos migratórios, às crises de emprego, ao crime organizado, aos conflitos étnicos e religiosos.

Cada um de nós é nesta época actor e espectador de um poderoso processo de globalização económica e financeira coexistindo com fenómenos sociais, económicos, ambientais e políticos cuja natureza potencialmente explosiva é uma realidade incontornável.

Neste novo ambiente mundial um modelo de negócio tradicional que ignore as novas dimensões humanas e ecológicas é incapaz de dar resposta às mudanças e às crescentes necessidades das populações.

Estas preocupações acentuam e evidenciam que a internacionalização das empresas ou de sectores de actividade num mercado fortemente concorrencial, como é o mercado global, se faz, essencialmente, com «competição», com empresas competitivas. Competir, que significa «procurar em conjunto», constitui um poderoso instrumento e uma dimensão fundamental da vida económica.

Mas é de um novo conceito de competição que estamos a falar.

Só faz sentido falar de competição entre iguais e, para que assim seja, há que resolver, não acentuar, as desigualdades: desigualdades económicas dentro das nações e entre as nações que conduz à

marginalização de uma grande parte do mundo; desigualdade resultante da exploração excessiva dos recursos e os danos que assim são causados ao planeta; a desigualdade gerada pela excessiva concentração de poder e de riqueza num reduzido número de entidades multinacionais e multiterritoriais.

Neste novo mundo global temos que repensar o papel e o sentido do Estado, sobretudo o papel do Estado naquilo que é o seu relacionamento com estes novos entes que actuam no mercado global. Qual o papel do Estado sempre que uma empresa nacional se internacionaliza? A resposta a esta questão é dada, em grande medida, pela uniformização de actuações e procedimentos no seio da União Europeia. Ainda assim há um enorme conjunto de possibilidades sobretudo quando o objectivo são mercados externos à União Europeia.

As estratégias de internacionalização da economia portuguesa através das suas empresas, quer produzindo em Portugal para os mercados internacionais, quer produzindo em outros países através da mobilização de meios e de saberes nacionais, são de crucial importância para todos nós como país.

O Governo sabe que a sua actuação não é indiferente para o sucesso desta «aventura da internacionalização» e tem, por isso, desenvolvido programas próprios de apoio a este esforço das empresas. Desses programas teréis oportunidade de falar no decorrer desta reunião.

É comum ter-se do Governo e do exercício da actividade pública a visão de um «poder negativo», ou seja, uma fonte de obstáculos e constrangimentos ao funcionamento plenamente livre da economia de mercado, tanto a nível nacional como internacional. A actuação do Governo é apresentada mais como um constrangimento do que como uma oportunidade. E isto é tanto mais assim quanto mais exigências de regulamentação tem o sector de actividade económica.

Os empresários do sector de obras públicas sentem de forma particular esta necessidade de regulamentação do Estado.

Na verdade, os empresários e as empresas do sector de obras públicas pelas características próprias da sua actividade - realizar obras para o Estado - como que se associam ao Estado para prosseguir o interesse público. Não um qualquer interesse meramente determinado por razões egoístas ou particulares, mas um especial interesse de prossecução do bem público.

Esta necessidade de assegurar a realização do interesse público é determinante para a tipologia das relações que se estabelecem entre o Estado e as

empresas do sector de obras públicas. O Estado e as empresas têm, assim, uma nova e dinâmica aliança. O Estado assume a sua função reguladora e promotora de investimento público, assegurando que as suas opções estratégicas serão bem sucedidas e as empresas associam-se ao Estado para ajudar a concretizar a estratégia nacional de desenvolvimento e bem-estar.

Neste contexto, o sucesso das empresas nacionais é um pré-requisito para a conquista e preservação de um mercado de obras públicas tecnologicamente desenvolvido e economicamente forte que aspira à internacionalização.

Mas se para o mercado interno/nacional é, pelo menos teoricamente, importante a existência de um número considerável de empresas independentes entre si, já quando se fala em internacionalização a cooperação entre empresas torna-se um instrumento imprescindível para manter, ou criar, a capacidade de competir na economia mundial.

A cooperação entre empresas é geradora de competitividade e permite encarar novas oportunidades, novos mercados, mais desafios. Esta competitividade baseia-se essencialmente nos seguintes elementos, proporcionados pela cooperação:

- criação de perspectivas de longo prazo e oportunidades de suficiente dimensão para justificar o risco envolvido pelos novos desenvolvimentos tecnológicos e pelos investimentos de larga escala. Permitam-me, aqui, realçar a importância que este tipo de cooperação tem tido nomeadamente na construção de grandes infra-estruturas - ponte Vasco da Gama, auto-estradas, travessia ferroviária da ponte 25 de Abril, etc;
- criação de capacidades estratégicas suficientes para possibilitar a actuação à escala global neste sector específico;
- conquista de vantagens competitivas à escala internacional, originadas a partir da capacidade estratégica acrescida, que é sempre qualitativamente superior à mera soma das capacidades associadas;
- por fim, a possibilidade de mobilizar recursos de forma a obter a rentabilidade suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento e de internacionalização, bem como os riscos inerentes a tais estratégias.

Quando o que está em causa é um sector como é este, da construção de infra-estruturas públicas, sabemos que a cooperação com os mais variados parceiros é feita em torno de um aglomerado de tecnologias, produtos e mercados em que só os melhores têm lugar. Falar pois de internacionalização deste sector significa, desde logo, falar da excelência das empresas e da criatividade,

Continua na página seguinte

Continuação

inovação e arrojo dos empresários. No plano nacional, Estado e empresas de obras públicas e construção regem-se por regras claras. É este um sector estratégico do desenvolvimento nacional. Num país como o nosso, ainda a recuperar de um atraso estrutural e com recursos relativamente escassos, a construção de infra-estruturas públicas constitui um crucial factor de desenvolvimento. Este desenvolvimento resulta, desde logo, do facto de estarem a criar-se melhores condições de vida para a população, mas é igualmente importante pelos postos de trabalho que se criam, pela dinâmica que imprimem nas economias locais e na economia nacional.

Mas este sector é igualmente importante pelo papel que tem desempenhado e cada vez mais desempenhará ao participar com o Estado na nova economia.

A crescente complexidade das necessidades da população e dos recursos que é necessário reunir para lhes dar satisfação levaram-nos a novas parcerias em que Estado e privados assumem novos papeis. Ao Estado cabe assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento do país assumindo reforçando a legitimidade própria da sua actuação. Para tanto, o Estado transfere para as empresas não só recursos financeiros, que assim se somam aos capitais privados, como também, o exercício de poderes

públicos instrumentais e reserva para si próprio as funções de promoção, regulação e controlo.

É neste contexto que devem ser entendidas e estudadas as parcerias público-privadas para a construção de grandes infra-estruturas. Não como um remédio para resolver a crise dos orçamentos nacionais, mas sim como um dos meios de pôr em prática o novo conceito de desenvolvimento subjacente à economia global.

O Governo entende que a internacionalização das vossas empresas não visa tão - somente encontrar noutros países os mercados que Portugal não proporciona. Entendemos, antes, que a vossa internacionalização é decisiva para a

afirmação de Portugal e da economia portuguesa. É, por isso, que aguardamos com expectativa as conclusões deste vosso seminário, para em conjunto convosco podermos adoptar as decisões que ajudem as empresas e, por essa via, ajudem o país.

Da nossa parte encontrarão sempre disponibilidade e o empenho para convosco assumirmos as tarefas do Estado neste domínio. Um Estado que está presente sempre que necessário mas que não é nem quer ser empresário. Um Estado que patrocina mas não é patrão. Um Estado que opta mas não condiciona.

Intervenção efectuada pelo secretário de Estado Adjunto e das obras Públicas no Seminário da ANEOP, no Auditório da Cultgest, em Lisboa no dia 26 de Junho de 2000.

CARTA ABERTA

José Luís Ferreira

MEU CARO ANTÓNIO LOPES CARDOSO

Esta carta é póstuma, agora e sempre, não por ser a segunda, mas a última que te escrevo – após a minha autodemissão do teu gabinete no sexto governo do PREC – acrescida a emoção magoada de nem sequer, ao menos, poderes lê-la. Não regressarás desse último exílio, prematuro e definitivo. Estás privado de correspondência. Mas, antes de perderes-te no caos da conveniência histórica – e poucos cronistas coevos, irão lembrar-te (para além do António Reis, de alguns teus opositores e ex-sucessores, como o Campos e o Barreto, sem exclusão de todos os que tiveram o privilégio de trabalhar contigo e usufruir da tua amizade) – decidi escrever-te, ainda e sobretudo, para a mais incerta morada do Universo. Muitos tiveram a capacidade de interpretar a tua política agrária e usaram o impudico poder de diluí-la em teorias inconsequentes, sem percepção da grandeza da tua lucidez e da Utopia peninsular onde amaste – com um *«trágico sentimento da vida»* (mais quixotesco, do que unamuniano) – as pessoas, as coisas e os animais do teu país, Portugal. Porque a política profissional é atreita ao vilipêndio, às omissões deliberadas pelo ocultismo mediocrático, à ignominia e à ingratidão! ...se, para muitos, este demoliberalismo neo-aristotélico em que vivemos implica a arte-e-manha do possível, Tu batestes o *record* da diferença: além de orador enreñado, cultivaste, assumiste e foste sentenciado, pela prática do impossível. Nunca lambi os interstícios dos dedos dos pés de quem estimo e admiro. Como Tu, não o farei aos árbitros do poder: humanóides nus, como eu, que se vestem e protegem tão bem, uns, quanto mal os outros... la eu, peregrinando com o Mário Silva, pelas estradas que, entre maninhos e baldios, serpenteiam as Terras do Demo, quando o nosso interminável diálogo sobre a vida, foi interrompido por dois ou três abruptos *papa-gaios*, que sufragavam, em devaneio radiofónico, a notícia do teu passamento. Como se tivesses vivido meia

cena do século XX, numa arqueificação do Spielberg. Onde, por exemplo, nem o Umberto Ecco, nem o Scorsese, pudessem vir a ser vagamente futurados. Onde nunca houve «kolkoses» e o 25 de Abril de 74 deste país não tivesse passado de um campeonato de futebol (de salão). Onde, Esquerda e Direita, a mais não correspondessem que ao ritmo de paradas marciais: um- dois! ...ao folclore turístico da cultura-tipo L-94. E à bola, *prima inter-pares!* Bolas, em vez de sementes, cartas de solos, canetas e arados! E o Monet, o Gallo, o Morin ...o Hobsbawm? As pessoas já não ouvem, já não lêem.

A Reforma Agrária, meu caro António (que sonhei contigo), ficou a falar sozinha. É um mito. Muito tinha a ver com o Vladimir Ilitch (v. «Materialismo e empirio-criticismo», 1909). Nada tinha a ver com o *napalm* do Estaline, nem com os *bulldozers jurídicos-legais*, do obscurantismo ao pseudo-comunismo oportunista, dos «verões quentes»! Não transferia uma roubalheira para outra, em nome de um estereótipo, ou de uma idiossincrasia revivalista. Visava uma política socioeconómica oposta à demagogia vingativa, cruel e *para-lamentar*, contra a implacável injustiça dos deuses, que alcançam, no sequeiro da ignorância, a maior e mais feroz popularidade.

A teoria da *nossa* reforma agrária – perdida na Comissão de Agricultura do Partido, na rua da Emenda, escrita contigo pelo Sequeira, pelo Mariano, pelo Carretas, revista pelo Guilherme e co-redigida por mim próprio (reminescente técnica do parcelamento e do emparcelamento *in illo tempore* proibidos, ao democristão Leônidas) – foi detraída por muitos *iluminados*, à sombra de luas artificiais, com o *elogio do analfabetismo* «sempre, sempre, ao lado do povo!»: de um lado, os políticos illetrados e a erudição de terceira de alguns seminaristas demagogos, do outro lado, paralelo e nominalmente, o *povo* (e alguns pides, capatazes e seareiros, agriculturando o operariado migrante da construção civil, eliminando

alguns demoliberais do *PSDiesel*, exportadores de gado e cortiça clandestinos, re-sugando o Alentejo, enfiando o mau-negócio microfundário de fugitivos dos casinos desertos para as neves suíças, em vilegiatura próxima nos coutos e touradas de Franco, ou evadidos para a mendicância mental dos subúrbios intelectuais brasileiros. Sem honra aos que ficaram!

Por isso, quando o Plínio me deu o recado do Soares, fui. Para o pé de Ti. Entrei no Segundo acto da Sociedade das Lezírias, ou na expulsão inevitável do meu querido António Bica. «*Après lui, un déluge*»: a espionagem burocrática-xerox legitimada pelo patricio Carvalhas, cordenada pelo António Pedro (*tradutor do Norman Mailer*), o V. Louro, despedido pelo compromisso das «reservas» do CRARA, o número pontual máximo das herdades intocáveis, o Espada! O substituto do Tenreiro, o grande Ruivo e as dores de cabeça do Pedro Coelho, porque era das Pescas e da (des)Estruturação Agrária, também, aquele teu minúsculo Gabinete, onde o Lince não pactuava com o empresariado eucaliptal-papeleiro. Lembro-me da postura MFA: a lucidez do Pezarat, a prudência do Charais. O cerco, mais tarde, ao ministério, o brilhantismo anarco-socialista do Acácio, à volta da praça do Comércio. As mobilizações de Faro (a tomada dos SUV's), a golpada brumária de Monsanto. As sessões de esclarecimento sem aparelhagem de som, o perigo em milhares de quilómetros de estradas más (feitos no teu carro e no meu), das terras Transmontanas e do Porto ao Algarve. Das *Walters* (do Couço e caça-a-nós) em Rio Maior e do *guarda-costas*, *inventado* por um Gama (...que não eram o Vasco das caravelas e da ponte, nem o Jaime) que tu não querias, mas dormia no chão, deitado à porta do teu quarto, com a canina e leal fidelidade dos homens de fé, que imaginam depender de outro só, o futuro dos seus filhos. Lembro-me, claro está, do Ceboleiro, do Jaime Monteiro e dos «*vizinhos*» Campinos e Barreto. Lembro-me deles, quase sempre, por ti,

velho e querido amigo ido embora, raramente lembrado por raros Camaradas. Lembro-me da Fernanda, também, menos por causa dos vossos do que por causa da bomba e daquela coisa mitómana de muita gente pensar que ela fosse ministra consorte, com comunhão de adquiridos. Cada macaco no seu galho!

...«A Europa está connosco!» Foi o Primeiro Governo Constitucional!

Só queria ignorar o *lapso extratragico do teu Partido (temporário) porque Tu me tinhas dito que isso «eram coisas muito feias (que outros já) tinham feito, quando se chateavam com a liderança triunfante do Mário Soares» (fossem companheiros de armas ou transportadores de bagagens», mas «só os burros não mudam de ideias»*), portanto, na FRs, lá andámos todos juntos, «*sans remords et sans rancune*», estilo «*Les mains sales*» do Sartre e, como dizia o nosso querido e antecessor (na ida sem volta) Manuel de Castro, somos, como ele, de «*uma geração muito coerente nas nossas incoerências*».

Sabes que – mesmo e, talvez precisamente, por nem Tu nem ninguém me ter visto no funeral que te fizeram – admiro sem peias a tua probidade, a tua peregrina inteligência, a frontalidade e firmeza das tuas convicções, a tua incorruptibilidade exemplar! Não gramo, nem com molho de tomate (hortícola) aquele supino energúmeno técnico que te esbofetou há anos, mas estimo o Hasse que, contigo saíra, contigo reentrou.

Como esta carta é para ti, não preciso de relembrar-me de mais nada. Pouca diferença faz, agora, que outros olhos a leiam. Lamento, mais pelo Sampaio e pelos outros Amigos – que vamos prosseguindo esta existência – o teres deixado, tão inevitavelmente, de trabalhar com ele, para todos nós. Com o orgulho corajoso e a tua digníssima humildade. De cidadão. E a tua memória e dedicação. De Amigo.

O meu abraço fraterno vai para o cosmos, desta montanha, cujo sou, por onde passaste e de onde não pode fugir-se, com lógica nenhuma, da saudade que fica.

MAIS CIDADANIA DA POLÍCIA E DOS CIDADÃOS GERA MAIS SEGURANÇA

As minhas primeiras palavras são para saudar a presente iniciativa, tão oportuna quanto relevante em termos de significado.

Cidadania é hoje um termo muito usado, mas talvez ainda pouco traduzido no quotidiano da nossa sociedade, pouco assumido como objectivo político e sociológico, insuficientemente enaltecido como base para uma vida melhor, mais sentida, mais cheia, mais útil.

Segurança, é um conceito de sempre, uma das mais antigas aspirações do Homem e da vida em sociedade, a razão de ser de muitas das formas de organização colectiva que historicamente podemos recensear, a grande antítese dos receios e dos medos justificados e injustificados que cada um de nós, e todos em conjunto, sentimos e tememos.

Lidamos, assim, aqui com questões de fundo, com sentimentos e emoções, com lógicas de organização e funcionamento social, com o racional mas também com o irracional, com opções de vida e técnicas de acção e intervenção social, com estratégias de actuação política.

Complexo sendo o tema, importa especializar a forma de abordagem. Assim, limitar-me-ei aos aspectos da enunciada questão que mais possam ligar-se com o trabalho policial e com o seu relacionamento com os cidadãos.

Portugal dispõe de quase cinquenta mil elementos das Forças e serviços de segurança, o que dá uma proporção de um em cada duzentos cidadãos.

A proporção parece justa e equilibrada, estando ao nível, e até um pouco acima, de muitos países congéneres do nosso e com idêntico tipo de estrutura social e grau de desenvolvimento.

A nossa criminalidade está a um nível próximo da metade da média europeia, sendo os crimes mais graves ainda menos representativos.

Para ilustrar isso, basta dizer que se considera que uma sociedade tem um nível de homicídios grave e preocupante quando atinge os 25 por ano e por cem mil habitantes. São considerados abaixo do nível crítico os países e cidades que apresentam menos de dez homicídios por ano e por cem mil habitantes.

Em Portugal estamos perante menos de um terço disso - temos, em média, três homicídios por ano e por cem mil habitantes. Para comparação, diga-se que no Rio de Janeiro se verificam 69 homicídios por cem mil habitantes e por ano.

E, no entanto, isso não chega para nos deixar mais tranquilos.

O sentimento de insegurança, medido por inquéritos e métodos sociológicos, apresenta valores próximos da média europeia, excedendo, em mais do dobro, as razões reais para tal insegurança, ou seja, a criminalidade verificada.

Isto acontece, em meu entender, por três razões fundamentais:

Primeiro - Não existem ainda hábitos e práticas sociais de segurança, nomeadamente passiva, que dificultem a prática de actos criminosos, e sobretudo o chamado crime de ocasião.

Esse desguarnecimento e a inerente despreocupação têm vindo a tornar-se patentes, levando-nos a questionar se não será necessário e ajustado cada um investir um pouco mais para garantir melhores condições de segurança pessoal e colectiva.

Mas esse processo mental, sendo em si mesmo correcto e oportuno, acaba por gerar, ao mesmo tempo que se desenvolve, uma maior concentração na temática da insegurança, uma maior preocupação, um medo mais presente e opressivo.

Vemo-nos cidadãos mais protegidos e cautelosos, mas mais temerosos. E isso não conduz à sociedade aberta e confiante que temos por modelo e objectivo. Antes leva à responsabilização das polícias por todos os males daí derivados. Injustamente, como se vê.

Segunda razão do sentimento de insegurança - A nossa sociedade actual apresenta aspectos novos ao nível da criminalidade, real ou pressentida, que provocam nos cidadãos um sentimento de receio mais que proporcional à gravidade, regularidade e extensão dos factos criminais verificados.

A isso ajuda, naturalmente, a mediatização de todas as ocorrências que afectam a segurança dos cidadãos, mediatização essa criticável se for demagógica e alarmista, embora deva ser tida como inevitável numa sociedade aberta, democrática e comunicativa.

Tal não invalida, no entanto, a que por via da televisão, da imprensa e da rádio sintamos hoje perto, cada vez mais perto, o perigo do assalto, do ataque criminoso, do furto dos nossos bens.

E disso mesmo aproveita quem ganha com o fecho da sociedade sobre si própria, quem conta com a impossibilidade de entreajuda dos cidadãos, quem acredita nas teorias do quanto pior melhor. O sentimento de insegurança promove a própria insegurança, ao criar campo para que ela se desenvolva.

Isto conduz-nos a uma escalada que, para ser interrompida, tem de ser consciencializada, assumida e compreendida por todos, tanto os que têm funções de segurança, como os que querem ser protegidos.

E é essencial enfrentar com determinação mas assumido sentido cívico a situação presente, para evitar que ela se torne realmente grave.

Por isso mesmo, é tão injusta como politicamente incorrecta a cruzada verbal

de propaganda da insegurança em que se empenham hoje os líderes do PSD e do PP.

Terceira razão do crescimento do sentimento de insegurança - Regista-se alguma falta de sintonia entre o que a polícia é, faz e pode fazer por cada um de nós e um nível de exigência, ingente e às vezes arrogante, sobre esse mesmo desempenho. Essa aversão e crítica injusta às forças policiais, em que os líderes de oposição se têm especializado, só contribui para adensar o sentimento de insegurança dos cidadãos e fragilizar a capacidade de intervenção da polícia.

Temos polícia que chegue - um em cada 200 portugueses desempenha funções de segurança pública;

Temos polícia mais jovem, e reforçada nos efectivos - nos últimos cinco anos ingressaram nas forças de segurança mais de dez mil novos elementos, sendo que só este ano entram mais dois mil;

Temos em curso uma modernização dos meios técnicos e logísticos de acção policial, a nível de automóveis, comunicações, informática e instalações, que não tem paralelo em qualquer outro período. Empreendemos um programa de formação em exercício, com recurso a meios audiovisuais, que muito tem contribuído para um melhor conhecimento pelos elementos de polícia dos seus desafios, das melhores técnicas para os enfrentar e de todo o enquadramento jurídico, sociológico e de técnica policial em que tal pode ser feito;

Vamos promover o desenvolvimento interno, em cada corporação policial, da *função formação* e alargar as áreas técnicas, psicossociológicas e jurídicas da componente dessa formação virada para a investigação criminal.

É a ponderação conjunta desses factos e razões e de outros que legitimamente lhes poderíamos adicionar que nos reconduz à consideração dos conceitos de Cidadania e Segurança.

Para reforçar os níveis de segurança (e sobretudo o nível do sentimento de segurança) de uma dada sociedade, é necessário agir com firmeza e determinação no combate à criminalidade, na prevenção criminal, na exibição de meios das forças policiais e na promoção da capacidade de acção e investigação das nossas polícias.

Mas é necessário, igualmente, despertar os cidadãos para melhores práticas em termos de segurança própria e colectiva, para um comportamento cívico mais patente em termos do relacionamento com as forças de segurança e do entendimento do seu papel social, para a necessidade de um maior *civismo*, entendido como preocupação pelo bem estar colectivo e como fundamento para o auxílio aos nossos concidadãos que dele precisem.

Vejam, em separado, o que será

recomendável em cada um desses capítulos.

Primeiro que tudo, considero relevante a adopção de uma estratégia comum a que chamamos *policimento de proximidade*, o que se traduz em maior presença física e visibilidade dos elementos policiais, mas que significa também a indispensabilidade de uma colaboração efectiva com os cidadãos no desenvolvimento de todas as tarefas de segurança e de policiamento.

Para tal, o agente ou guarda tem que se tornar reconhecível aos olhos dos cidadãos, tem de reforçar o seu papel de garante da presença mais visível do Estado junto do homem da rua, tem que entrar nas lojas, conversar com reformados e jovens, ajudar deficientes, interperlar pacífica mas firmemente agitadores da tranquilidade pública, mesmo que inofensivos, controlar as condições de segurança nas escolas e recintos desportivos, manter a presença da autoridade pública em bairros problemáticos ou em zonas de práticas ilegais ou atentórias de segurança pública. *A polícia tem de mostrar presença.*

Mostrar polícia é evitar o crime e tranquilizar o cidadão.

Por isso, temos em curso *mecanismos de avaliação do desempenho* dos agentes e guardas que atendem à componente *patrulhamento de rua* como elemento valorizador em termos remuneratórios e de progressão nas carreiras; por isso entendemos que a experiência de rua da polícia, é elemento essencial para as novas responsabilidades em matéria de investigação criminal que responsável e conscientemente assumimos com a GNR e a PSP. Por isso achamos ser nosso dever salientar e enobrecer as tarefas de patrulhamento como elemento essencial de contacto entre a polícia e os cidadãos. Quanto ao *modelo de organização e acção policial*, cabe dizer que considero ajustada a forma como, em Portugal, estão estruturadas as forças de segurança, divididas de acordo com os princípios da especialidade do campo de acção e da especificidade da tarefa dos seus domínios de actuação.

Temos uma força policial urbana, civil, com a presença física dos seus agentes em patrulha apeada como garante da tranquilidade pública e principal elemento dissuasor da criminalidade em meio citadino.

Chamamos-lhe *Polícia de Segurança Pública*, e tem perante si o desafio de enfrentar as novas tensões sociais urbanas, a agressividade dos subúrbios do desenraizamento, a apetência pelo consumo tantas vezes conducente à prática criminal. A PSP enfrenta igualmente, muitas vezes, a incompreensão social, a falta de divulgação dos seus êxitos, das tarefas

Continua na página seguinte

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Continuação

diffíceis que lhe cabem, do sacrifício dos seus agentes. Sente duramente a dificuldade de adaptação dos seus homens e mulheres a uma realidade social em permanente transformação. Esforça-se permanentemente por conseguir o próprio ajustamento democrático da sua acção às regras legais de um Estado de Direito parco em explicar-se a si mesmo às populações que lhe dão razão de ser. Enfrentando problemas de formação de pessoal e de praxes de comando, adopta com receptividade novas práticas de actuação como o policiamento de proximidade e o policiamento especializado em função de públicos-alvo, circunstâncias ou territórios específicos, mostrando abertura em relação a novos métodos, técnicas e projectos.

Mas não é a PSP a única força que depende a nossa segurança e tranquilidade pública.

Temos também uma força policial de génese e organização militar que, progressivamente, tem sabido evoluir para um modelo de acção mais conforme à exigência que recai sobre quem tem de assumir o encargo de ocupar-se da segurança em noventa por cento do território nacional.

É a *Guarda Nacional Republicana* que, mais do que às tradições, deve à sua capacidade de organização e à clarificação dos objectivos que lhe cumpre prosseguir o essencial da imagem de que desfruta.

Os desafios, esses, são idênticos aos que a PSP enfrenta, pois a sociedade que os «media» tanto normalizam e a droga tanto afecta, apresenta problemas e características comuns, tanto nas cidades

como nas aldeias ou vilas, tantas vezes transformadas em zonas suburbanas desqualificadas e agressivas.

A GNR organiza-se também, em termos especializados, através da sua Brigada Fiscal e da sua Brigada de Trânsito, cada vez mais capacitadas e equipadas para as suas missões, cujo trabalho é mensurável em termos estatísticos e quantitativos muito objectivos.

Mas o dispositivo territorial da GNR tem também assumido com realismo e determinação novas competências e responsabilidades, seja na área do direito do Ambiente como no trânsito, no combate ao tráfico de droga como no patrulhamento peri-urbano e rural. A GNR tem, aliás, sabido libertar-se do próprio espantilho das regras da auto-suficiência típica das organizações militares para se abrir à sociedade e se reorganizar de acordo com as novas exigências da sua função policial, libertando efectivos para as missões de patrulhamento e combate à criminalidade que constituem o essencial da sua tarefa. Por outro lado, aproveita do sentido de disciplina e do enquadramento hierárquico militar para prosseguir, não raro com sacrifício pessoal dos seus oficiais, sargentos e praças, as missões que a nossa sociedade lhe atribui.

Mas as forças policiais são aivos fáceis em qualquer sociedade democrática em que a crítica é livre e tantas vezes irresponsável. Elas estão lá sempre, para ouvirem as nossas recriminações e protestos, tanto os feitos com razão como os injustos. E não podem responder no mesmo tom, defendendo-se.

Por isso é tão importante falarmos dos seus sucessos, das inovações tecnológicas que potenciam o seu

trabalho, da modernização das suas estruturas e da formação dos seus efectivos.

Nem que seja só para tratar as coisas com justiça e contrariar o mau efeito de quem se não importa de afectar instituições como a GNR e a PSP só para conseguir mais uns minutos de atenção no telejornal. Para percebermos bem a dificuldade da missão dos que assumem, por nós, o encargo de prover à nossa segurança, temos de compreender a maneira como os problemas se apresentam aos polícias, para percebermos como os polícias enfrentam esses problemas.

As perguntas que deixo, nessa matéria são as seguintes: Conta a polícia com a nossa solidariedade de cidadãos?

Estamos todos disponíveis para ajudar a resolver problemas de segurança, denunciando actividade ilícita que tenhamos testemunhado ou comportando-nos *sempre* dentro de padrões éticos exemplares, mesmo no respeito as regras de trânsito ou à condução sob influência do álcool?

Sentimo-nos parte do nosso sistema de segurança interna, criado para servir os cidadãos e não para os perseguir?

Ou sentimos sempre uma certa reserva, talvez baseada nos medos da infância, que nos conduz a um sentimento de culpa injustificado quando somos interpelados por um guarda ou agente?

Sentimo-nos inseguros perante um agente de autoridade?

Ou vêmo-lo como um colaborador que existe e está ali para nos ajudar?

Se não tivermos respostas adequadas, socialmente adequadas, a essa perguntas, poderemos compreender melhor (sem

aceitar!) que os próprios guardas e agentes possam determinar-se por idêntica insegurança no relacionamento social, receando serem criticados por fazerem ou não fazerem algo. Talvez alguma eventual arrogância no porte e no relacionamento provenha dessa imprevisibilidade da reacção dos cidadãos.

Por outro lado, o assinalável trabalho prosseguido pela Inspeção-Geral da Administração Interna, fiscal e garante da legalidade democrática no funcionamento das forças policiais, abrange a própria formulação dos métodos de actuação individual e colectiva das polícias, mas não pode, a não ser pela detecção e castigo de comportamentos irregulares ou ilegais, garantir a completa inexistência desses comportamentos. Mas ajuda, pela acção inspectiva como pela função pedagógica, a que a polícia de hoje seja melhor que a de ontem, e que a de amanhã ainda progrida em eficácia, respeito pelo cidadão e espírito de legalidade.

Em resumo: a nossa Polícia, e repiso, a *nossa Polícia*, precisa de mais *cidadania*, dos seus próprios agentes como dos cidadãos a quem serve, para prover a uma maior *segurança*. Mas não nos enganemos: a segurança pública não é trabalho exclusivo da polícia. É uma tarefa de cada um de nós, posta à prova todos os dias.

Sabemos todos, com alguma nostalgia à mistura, dos tempos em que as cidades eram quase aldeias, que segurança temos e que segurança queremos ter. Resta saber que mais pode cada um de nós fazer por isso mesmo.

Intervenção efectuada pelo secretário de Estado da Administração Interna no Seminário Cidadania e Segurança, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em de Junho 2000.

ECONOMIA

Rui Iglésias Costal

DIRIGENTES CANGURUS



Assiste-se impunemente à ascensão de gestores tipo animal saltitante. É verdade. A introdução de «falsos atletas de fundo» nas empresas está a prejudicar o desenvolvimento e a evolução de muitas delas com a consequente desmotivação de muitos funcionários. De facto, a orientação bizarra de muitas empresas é colocar mediocres em lugares de liderança por interpostas influências, más, de indivíduos que de gestão e liderança valem zero. Por sua vez, arrasta-se a todo o processo produtivo as inconsequentes irresponsabilidades. É cada vez mais frequente o empurrar para cima de incompetentes, negligentes e irresponsáveis. Ter boas influências é mais importante que um currículo provado. Assim nascem os cangurus. Geralmente são indivíduos sem provas dadas, muito inseguros e portanto fáceis de moldar aos apetites dos gestores de topo e empresários menos escrupulosos. O país está farto desses rapazinhos com

portáteis tipo «martelo» sem ideias e vaidosos. A maioria diz-se consultores? Vêm de empresas não sei o quê. Quem os contrata é responsável por estas atitudes pseudo-profissionais. Como é possível acreditar em consultores que nunca trabalharam, fizeram e desenvolveram processos que só a experiência e longo curso conseguem. Evidentemente quem paga estas atrocidades são sempre os mesmos. O consumidor final.

Portugal vem sofrendo do mal da incompetência ao longo dos anos da modernidade. Não se pode atribuir culpas ao povo, de facto, que faz parte do conjunto mas tem que ser orientado, dirigido, influenciado por gente capaz e séria. Colocar cangurus em empresas é o mesmo que assassiná-las. Poderão dizer, como é possível haver gestores em empresas aos vários níveis, incompetentes. É fácil de se verificar. Reparem nas empresas tuteladas pelo Estado, Institucionais, Ministérios, os recursos utilizados são enormes para se fazer qualquer coisa. O desperdício está

sempre presente. Nas privadas é igual mas já com outros contornos.

Fala-se no privado e no público mas realmente está tudo de mãos dadas. O que são os subsídios às empresas? E os favores? Os preços têm muito de incompetência. A preguiça instalou-se e parece que veio para ficar. Alguém pagará tudo isto. Se somarmos à negligência perturbações do foro psicológico que se traduzem em muitas doenças então o somatório é deveras preocupante. São milhões e milhões na saúde, gastos só pelo simples facto da insatisfação profissional. Hoje ser dirigente, gestor, é deveras importante para se deixar nas mãos de qualquer imbecil por mais amigo, familiar, influente que ele seja. A tentativa de se arranjar influência paga-se mais tarde. Uma empresa não é um clube de cangurus. Uma empresa ou sociedade é algo de muito importante. Mexe com pessoas, famílias, personalidades e caracteres.

Hoje assiste-se também à colocação de gestores de topo e intermédios de baixo

teor em neurónios, o que prejudica o instinto perceptivo para uma dinâmica empresarial compatível com a resolução de problemas.

O que toca a raia da inconsciência, é por vezes a subtil ligeireza que essa gente tem para mostrar aquilo que não sabe, é tocante no ridículo. Lá fora por exemplo na Alemanha, França e outros países com substância são os mais capazes que lideram, empurrando de facto as empresas para patamares de eficácia muito elevados. Em Portugal temos indivíduos com formação em áreas onde não têm nada a ver com gestão em postos de comando, outros que só fizeram asneiras em lugares de responsabilidade que ficam em irresponsabilidade. Isto tudo é sabido e conhecido, mas a mediocridade continua com ganas de ficar. Portugal com esta gente será sempre o último da tabela. Talvez com a entrada de mais países do Leste consigamos «melhorar» a *performance*. Por pouco tempo, penso...

costal@mail.pt



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto em Abrantes

A iniciativa «Música do milénio» prossegue, até ao próximo sábado, dia 1 de Julho, data em que se realizará, pelas 21 e 30, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia, um concerto do guitarrista clássico João Moita, que recriará peças de Giuliani, Tárrega, Villa-Lobos, Albéniz e Brouwer.

Férias desportivas em Albufeira

Entre os dias 3 e 8 de Julho vai decorrer, no Pavilhão da Escola Secundária de Albufeira, o Campo de férias'2000 – «Férias Desportivas».

No Campo de Férias poderão ser praticadas modalidades como basquetebol, futebol de cinco, desportos de praias, visita a parques temáticos, entre outras actividades.

As inscrições poderão ser feitas no Clube de Basquete de Albufeira ou no sector de desporto da Câmara Municipal.

Teatro em Coimbra

Amanhã o Largo do Romal será palco, a partir das 21 e 30, de um concerto de jazz de rua.

O espectáculo «Quem Come Quem» estreia no dia 5, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), mantendo-se em cartaz até 7 de Julho.

Trata-se de uma produção conjunta da Cena Lusófona, A Escola da Noite, Companhia de Teatro de Braga, Teatro Vila Velha e TAGV, que resulta de um ano de oficinas orientadas pelo encenador alemão Stephan Stroux na Bahia, Maputo, Luanda, Mindelo, São Paulo e Braga.

Dirigido e com cenografia de Stephan Stroux, o espectáculo tem figurinos de Ana Rosa Assunção, sonoplastia de Nuno Patinho e direcção musical de Tiike Coelho. Também quarta-feira arranca o VIII Festival Internacional de Música de Coimbra, uma iniciativa que se propõe percorrer «Mil Anos de Música. De Bingen a Boulez», até ao dia 19 de Julho.

O festival começara com a Missa em Si Menor de Bach, sob o título «Bach – 250 – Jovens no Festival».

Música em Fafe

A II Semana da Juventude de Fafe decorre até ao dia 1 de Julho.

Hoje, às 16 horas, há pintura ao ar livre, no centro da cidade.

Amanhã, pelas 21 e 30, a autarquia local promove mais um concerto pela Orquestra do Norte, no Estúdio Fénix, com entrada livre.

O programa do espectáculo, que decorrerá sob a direcção de Dominique Rouits e terá como solista a pianista Maria do Céu Camposinhos, inclui a execução de obras de Beethoven e Mozart.

A II Semana da Juventude fafense termina sábado com um concerto na Arcada, pela banda Alcoólemia, a partir das 21 e 30.

Livros em Faro

Amanhã, assista à estreia de «Play To The Bone», um filme de aventura assinado por Ron Shelton, que estará em exibição, até à próxima quinta-feira, dia 6 de Julho, no Cinema santo António.

A 24ª edição da Feira do Livro de Faro realiza-se a partir de amanhã e até ao dia 16 de Julho, com a presença das principais editoras e distribuidoras livreiras nacionais.

A par dos stands, localizados na chamada zona da Doca, esta iniciativa da autarquia local vai contar com animação a cargo de grupos musicais, desde o jazz ao folclore.

O certame servirá para a apresentação a nível local de alguns livros, entre os quais «Sinais», do jornalista da TSF Fernando Alves.

Encontra-se patente ao público, até ao dia 14 de Julho, a mostra «Portas da Eternidade», do pintor Vitor Pomar, na Trem – Galeria Municipal de Arte.

Noites musicais em Ferreira do Alentejo

O programa cultural da Feira Nacional da Água e do Regadio, um evento que começa hoje, prolongando-se até ao dia 2 de Julho, reservou para esta noite, às 22 horas, um serão clássico, com o concerto a cargo do trio Divertimenti, a decorrer no Auditório do Centro Cultural Manuel da Fonseca.

Amanhã, a noite será «popular» com um espectáculo que, a partir das 21 e 30, acolherá os «Reis da Música Nacional». Sábado, dia 1 de Julho, pelas 22 horas, a noite é «jovem» ao som dos Pólo Norte, num palco ao ar livre.

O NAVIO DOS NEGROS

Jorge Silva Melo – projecto Herman Melville (Benito Cereno) – motivos

29 e 30 de Junho • 1 de Julho • 21h30

Grande Auditório **CULTURGEST**

A noite internacional encerra a feira, às 22 horas, num palco ao ar livre.

Artesanato em Guimarães

As esculturas de Fernando Peixoto poderão ser apreciadas, até amanhã, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago.

Uma feira de artesanato decorre, a partir de amanhã e até ao dia 9 de Julho, no âmbito da iniciativa Feira Franca.

Danças urbanas em Lisboa

Estreiam amanhã, nas salas de cinema alfacinhas, as películas «Los Sin Nombre», de Jaime Balagueró; «O Homem Bicentenário», de Chris Columbus, «Missão a Marte», de Brian de Palma, e «The War Zone», de Tim Roth.

O Centro Cultural de Belém começa o Verão com um fim-de-semana quente, dedicado à dança de rua, o *breakdance*, na Praça Museu.

Assim, a partir de amanhã e até 2 de Julho, duas companhias portuguesas e uma estrangeira apresentam as suas coreografias acrobáticas num ambiente urbano de Hip Hop, acompanhado por artistas de rap, grafiti e djing.

Feira em Monchique

A terceira edição da Feira do Presunto realiza-se a 1 e 2 de Julho com a presença de mais de três dezenas de produtores locais deste tipo de carne de suíno.

A mostra, agendada para o espaço do quartel dos bombeiros voluntários locais, pretende dar a conhecer e promover comercialmente o tradicional e saboroso presunto de Monchique.

Maratona em Portimão

A partir de hoje a até ao dia 2 de Julho (domingo) realiza-se o III Campeonato Nacional JOD35 de vela de cruzeiro.

A maratona de Futsal acontece no fim-de-semana, dia 1 e 2 de Julho, no Pavilhão Gimnodesportivo.

Guitarras no Porto

O grupo de nove guitarristas Per Suonare Ensemble encerra, hoje, o Programa de Concertos Unifonia'2000, lançado em 1999 pelo Instituto Português das Artes do Espectáculo, em parceria com as reitorias das universidades portuguesas.

Festival em Sintra

A Orquestra Gulbenkian, sob a direcção do maestro Gennadi Rozhdestvensky e com a pianista Viktoria Postnikova, dará um concerto, hoje, pelas 21 e 30, no Palácio Nacional de Queluz, no âmbito do XXXV Festival de Música de Sintra.

SUGESTÃO

Festival de Curtas-Metragens

O VIII Festival Internacional de Curtas-Metragens de Vila do Conde, que decorre entre 4 e 9 de Julho, homenageará Orson Welles com uma retrospectiva da sua obra.

O cineasta americano, que ficou conhecido com filmes como «Citizen Kane – o Mundo a seus Pés», será recordado por Gary Graver, o director de fotografia de Welles e responsável pelo Orson Welles Film Archives.

A retrospectiva inclui a exibição de curtas-metragens, acompanhadas pelo documentarista Sergei Dvortsevoy.

O festival, a decorrer no Auditório Municipal da cidade, tem também agendadas sessões competitivas, um programa especial sobre o século XX, o quarto mercado de curta-metragem e um conjunto de debates sobre os anos 90.

As sessões competitivas destinam-se a curtas-metragens de animação, documentários e ficção produzidas em 1999 e 2000 e a elas podem concorrer filmes de todos os países.

O programa especial, designado «O nosso século», é uma retrospectiva temática com a colaboração de cineastas como os Brothers Quay ou Angela Ricci, que vão apresentar uma selecção pessoal de curtas-metragens. Em paralelo ao festival, realiza-se a quarta edição do mercado de curtas-metragens com o visionamento de 1.100 títulos de filmes.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Poesia

*Um estrato um veio
uma duna
uma ave uma nuvem
que sina*

*A rebentação solar
Matinal diurna
exasperação a ser fogo
ar água crina.*

António Carlos Cortez
In «Ritos de Passagem»



SIGILO BANCÁRIO, REGULAÇÃO E ESTABILIDADE INDONÉSIA

1 A evolução da posição do Governo português face ao sigilo bancário, representando uma moderada inflação face à situação existente, é no entanto preme de significado. Só a possibilidade de utilizar de forma mais eficaz medidas dissuasoras de fraude face a segmentos minoritários de determinados grupos socioprofissionais pode vir a aumentar a confiança dos contribuintes no sistema e na Administração Tributária, com efeitos positivos nas receitas fiscais e numa mais equitativa distribuição dos impostos.

2 – A liberalização dos mercados da generalidade (ou da grande maioria) dos bens e serviços não nos pode fazer esquecer a necessidade de o Estado

ter que intervir (de forma moderada ou acentuada), no quadro do exercício da sua função reguladora, em defesa da própria liberdade de concorrência e dos direitos dos consumidores. Por isso, é importante que reflectamos sobre o facto de um Governo como o de Aznar proibir à REPSOL (que com 45% ultrapassa 30% da quota do mercado espanhol) que abra mais estações de serviço nos próximos cinco anos e à CEPSA, que o possa fazer nos próximos três anos (a que com 22% ultrapassa 15% da quota do mercado espanhol). A regulação é importante e nem o centro-direita o pode negar. Pelo menos quando é lúcido.

3 – Num país como o nosso, onde o Governador do Banco Central é uma função de elevadíssimo prestígio (raras

vezes posto em causa nas últimas décadas), a detenção do Governador do Banco Central da Indonésia poderá ser certamente motivo de estranheza. Mas o que será mais grave (e já nos afecta mais directamente) é entendermos cada vez melhor como um vasto polvo indonésio com várias funções em diversos sectores da sociedade vivia e actuava em conexão com a zona cleptocrática da antiga elite hegemónica. A mistura entre sectores do Estado, do antigo partido dominante e circuitos corruptos torna-se cada vez mais evidente. E isso pode afectar, se não for lucidamente combatido e extirpado pelo Governo e sistema judicial da Indonésia, toda a estabilidade da região e nomeadamente o jovem Estado de Timor Lorosae.

«Em França, Lionel Jospin tem falado, com grande oportunidade, da necessidade de "civilizar a mundialização"»

Guilherme d'Oliveira Martins
Finisterra, Maio

«A Universidade Católica cobra propinas mensais (cerca de cinquenta contos) aos seus alunos e ao mesmo tempo é beneficiada por uma dotação inscrita anualmente – a partir de certa altura – no Orçamento de Estado na ordem dos 600 mil contos»

Fernando Pereira Marques
Finisterra, Maio

«Eu suponho que o dr. João Soares tem uma opinião semelhante à minha sobre condomínios privados no meio da cidade, pequenas ilhas de civilização no meio da favela, e que não contribuem para o estabelecimento de uma vida de cidade, de bairro»

Clara Ferreira Alves
Revista do Expresso, 24 de Junho

«A instituição de um sistema de multas tão impiedoso como o dos carros mal estacionados, tanto para os proprietários de cães de apartamento como para os porcos tradicionais, talvez ajudasse a estabelecer pela força e pela autoridade um nível civilizacional "minimal" que nos permita continuar a viver em Lisboa sem ser de nariz tapado»

Idem, ibidem

«O Parlamento é hoje para a opinião pública uma instituição inútil, irrelevante e com crédito escasso, urgindo portanto reformá-lo»

Vital Moreira
Debate no Hotel da Lapa, 26 de Junho

PORTUGAL SOCIALISTA
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

ACÇÃO SOCIALISTA
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz